



COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2021

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Relatório de Atividades

Brasília
2021

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados
56ª Legislatura (2019-2022) – 3ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcelo Ramos

2º Vice-Presidente

André de Paula

1ª Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Marília Arraes

3ª Secretária

Rose Modesto

4ª Secretária

Rosângela Gomes

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Eduardo Bismarck

2º Suplente

Gilberto Nascimento

3º Suplente

Alexandre Leite

4º Suplente

Cássio Andrade

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

EXPEDIENTE

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP)

1º Vice-Presidente: Felipe Carreras (PSB/PE)

2º Vice-Presidente: Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

3º Vice-Presidente: Uldurico Junior (PROS/BA)

TITULARES

André Ferreira (PSC/PE)

Carlos Sampaio (PSDB/SP)

Célio Moura (PT/TO)

Efraim Filho (DEM/PB)

Eli Borges (SOLIDARIEDADE/TO)

Felipe Carreras (PSB/PE)

Ivan Valente (PSOL/SP)

Joice Hasselmann (PSL/SP)

Jorge Braz (REPUBLICANOS/RJ)

Leda Sadala (AVANTE/AP)

Márcio Marinho (REPUBL/BA)

Pedro Augusto Bezerra (PTB/CE)

Ricardo Teobaldo (PODE/PE)

Uldurico Junior (PROS/BA)

Weliton Prado (PROS/MG)

SUPLENTES

Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ)

Bozzella (PSL/SP)

Celina Leão (PP/DF)

Daniel Trzeciak (PSDB/RS)

Darci De Matos (PSD/SC)

Eli Corrêa Filho (DEM/SP)

Fábio Ramalho (MDB/MG)

Francisco Jr. (PSD/GO)

Fred Costa (PATRIOTA/MG)

Gil Cutrim (REPUBLICANOS/MA)

Gilson Marques (NOVO/SC)

José Nelto (PODE/GO)

Júlio Delgado (PSB/MG)

Mariana Carvalho (PSDB/RO)

Paulo Pimenta (PT/RS)

Pedro Vilela (PSDB/AL)

Ricardo Izar (PP/SP)

Ricardo Silva (PSB/SP)

Sérgio Brito (PSD/BA)

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP)

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor do Departamento de Comissões: João Batista Silva Aragão Junior

Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes: Marcelo Brandão Lapa

CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Secretária-executiva: Lilian de Cássia Albuquerque Santos

Carla Rodrigues de Medeiros

Denise Rocha Mariano Vieira

Fabiano José da Costa

Fernanda Gadelha Araújo Lima

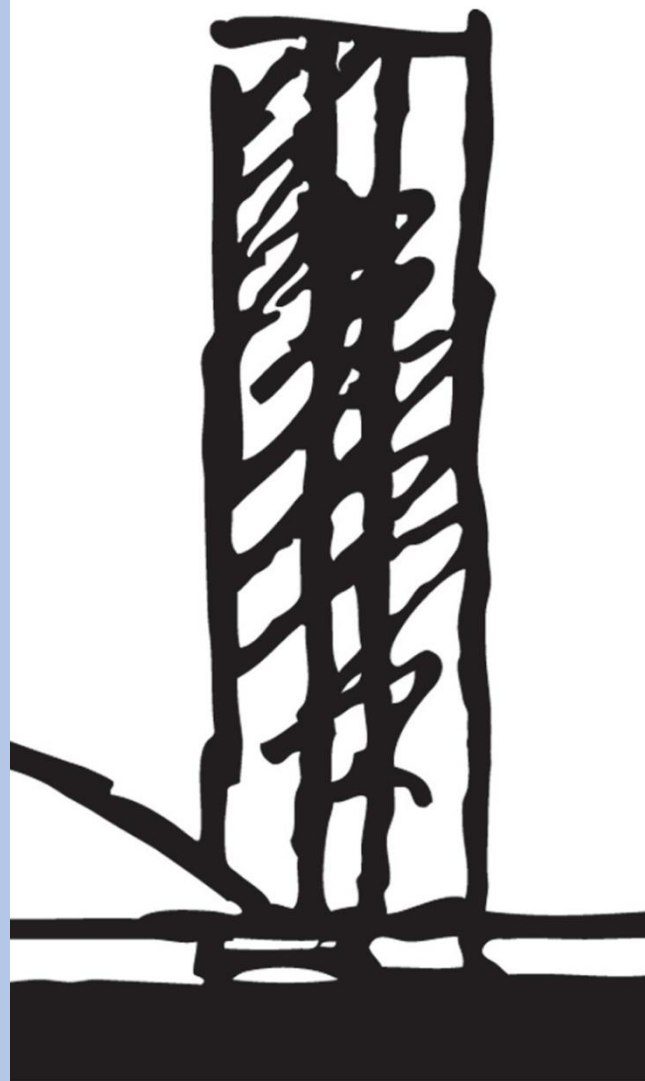
Marcus Achilles Santana Soares e Barros

Maria de Fátima Vieira Ornelas

Mônica Rodrigues Campello

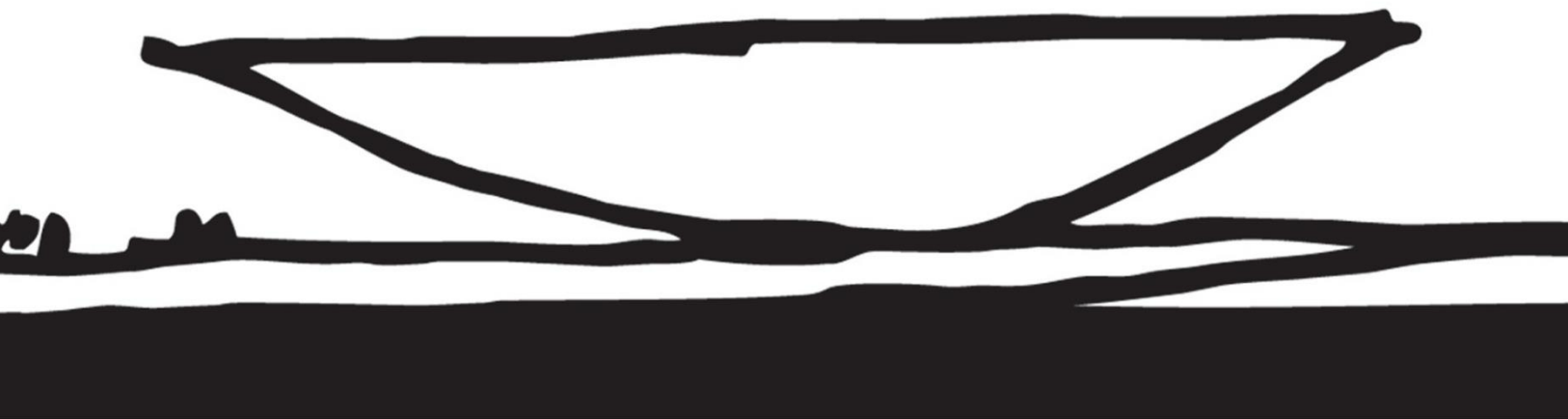
Patrícia Borges de Carvalho

Rosilane Ferreira Alves Mignone



SUMÁRIO

Apresentação	06
Presidência	08
Membros	09
Representação	13
Resultados	14
Proposições	15
Requerimentos	25
Audiências públicas	40
CDC na imprensa	57
Relatorias	70
Emendas orçamentárias	105



Apresentação

O ano de 2021 foi marcado, no Brasil e no mundo, como o período mais letal da pandemia do Coronavírus. Em março, quando eu fui escolhido pelos meus pares para presidir a Comissão de Defesa do Consumidor, o país atingia a triste marca de 300 mil óbitos, com mais de 3 mil mortos por dia. Vencer a Covid-19 era uma prioridade para todas as esferas do Poder Público – inclusive na CDC. Para isso, já na primeira reunião após minha eleição, as deputadas e os deputados da Comissão decidiram eleger o enfrentamento da pandemia como nossa principal pauta. As atividades do colegiado foram então retomadas com estrita observância dos protocolos sanitários. Nas mais de quarenta reuniões deliberativas e audiências públicas em 2021, os trabalhos transcorreram, em sua maioria, de forma remota, com presença apenas do presidente e dos servidores da CDC.

Em maio, apenas dois meses após sua posse como Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga já comparecia em audiência pública na Comissão. À época, a imunização da população ainda engatinhava, com a vacinação iniciada apenas para grupos de comorbidades, mas Queiroga foi duramente questionado pela demora do governo federal em implementar ações concretas contra a pandemia e pelo incentivo ao uso de remédios sem eficácia comprovada. O ministro também foi cobrado sobre o calendário da chegada de imunizantes, a ampliação da testagem e a garantia de entrega de oxigênio nos hospitais, a fim de evitar tragédias como o colapso das UTIs em Manaus no início do ano.

A CDC realizou ainda audiências públicas para discutir o aumento do preço dos medicamentos e os reajustes dos planos de saúde, em especial no contexto da pandemia. Em plena emergência sanitária, alguns segmentos produtivos insistiam em se valer dessa situação para obter lucros tanto ilegais quanto imorais. Com relação aos remédios, nosso objetivo não foi o de defender o tabelamento de preços, mas compreender como é formada a margem de lucro de cada elo da cadeia e impedir ganhos abusivos. Já na discussão sobre os reajustes das operadoras e seguradoras de saúde, os membros da Comissão criticaram duramente os aumentos excessivos dos planos, justamente em um período em que uma imensa parcela da população perde renda e é obrigada a procurar auxílio hospitalar.

Além disso, parte significativa das deliberações da Comissão foi também pautada pela análise de proposições diretamente relacionadas à Covid-19. Destaco o PL 738/20, que agrava o crime contra consumidor praticado durante pandemia, e o PL 1231/20, que proíbe multa por quebra de fidelidade junto a operadoras em períodos de emergência sanitária.

No entanto, temas sem relação com a pandemia não foram negligenciados. Foi o caso da questionável política de privacidade de redes sociais como o Facebook e o Instagram, da geração de energia elétrica, da alta do preço dos combustíveis e dos empréstimos consignados que se revelaram uma verdadeira armadilha para aposentados e pensionistas de baixa renda.

A questão dos empréstimos consignados mereceu atenção especial da CDC. Os bancos campeões de reclamações e empréstimos fraudulentos compareceram em audiência pública, e centenas de denúncias de fraudes documentadas foram enviadas ao INSS e à Polícia Federal para apuração. O fato de que, em plena pandemia, ocorreu um aumento nas fraudes contra uma parcela desfavorecida da população, causou indignação em todos os membros do nosso colegiado. Para os integrantes da Comissão, ficou evidente o pouco empenho, por parte das instituições envolvidas, em fiscalizar e escolher com critério sua rede

Relatório anual - 2021

de correspondentes bancários – pois, segundo os bancos, seria justamente neste segmento que se originam as fraudes. O INSS, por sua vez, foi cobrado a combater o vazamento de seus dados cadastrais, pois essas informações, uma vez nas mãos de bandidos, tornam aposentados e pensionistas de baixa renda presas desse esquema criminoso. Esse é um tema que sem dúvida estará presente na pauta da CDC em 2022, com a insistente cobrança de providências, responsabilização e resultados.

Gostaria de agradecer às deputadas e aos deputados da CDC, que compreenderam a necessidade de se adaptar às deliberações remotas, permitindo que nosso colegiado não suspendesse suas atividades durante a pandemia. Não posso deixar de ser grato ainda aos assessores e servidores da Comissão – Lilian, Patrícia, Denise, Fabiano, Marcus Achilles, Carla, Mônica e Fátima - que por todo o ano não se esquivaram de suas responsabilidades e estiveram fisicamente presentes na Câmara, garantindo a continuidade dos nossos trabalhos. Por fim, um reconhecimento especial também a nossa Nane, minha chefe de gabinete, que esteve sempre ao meu lado nesse 2021 de adversidades e desafios.

Deputado Federal Celso Russomanno
Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor



Presidência da CBC



**CELSO
RUSSOMANNO**
Presidente



FELIPE CARRERAS
1º Vice-Presidente



JORGE BRAZ
2º Vice-Presidente



ULDURICO JUNIOR
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



André Ferreira
PSC/PE



Célio Moura
PT/TO



Carlos Sampaio
PSDB/SP



Efraim Filho
DEM/PB



Eli Borges
SOLIDARIEDADE/TO



Ivan Valente
PSOL/SP



Joice Hasselmann
PSL/SP



Leda Sadala
AVANTE/AP



Márcio Marinho
REPUBLICANOS/BA

Membros da CDC



Pedro Augusto Bezerra
PTB/CE



Ricardo Teobaldo
PODE/PE



Weliton Prado
PROS/MG

MEMBROS SUPLENTE



Aureo Ribeiro
SOLIDARIEDADE/RJ



Bozella
PSL/SP



Celina Leão
PP/DF



Daniel Trzeciak
PSDB/RS



Darci de Matos
PSD/SC



Eli Corrêa Filho
DEM/SP

Membros da CDC



Fábio Ramalho
MDB/MG



Francisco Jr.
PSD/GO



Fred Costa
PATRIOTA/MG



Gil Cutrim
REPUBLICANOS/MA



Gilson Marques
NOVO/SC



José Nelto
PODE/GO



Júlio Delgado
PSB/MG



Mariana Carvalho
PSDB/RO



Paulo Pimenta
PT/RS

Membr os da CDC

Relatório anual - 2021



Pedro Vilela
PSDB/AL



Ricardo Izar
PP/SP



Ricardo Silva
PSB/SP



Sérgio Brito
PSD/BA



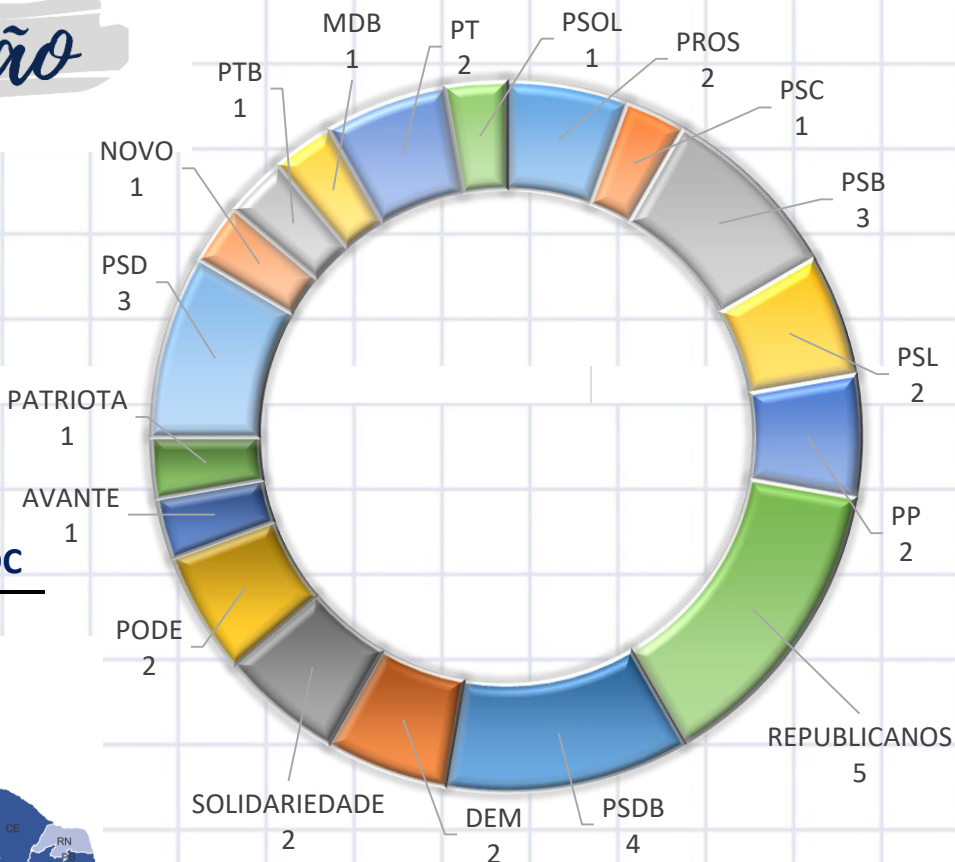
Vinicius Carvalho
REPUBLICANOS/SP

Membros da CDC

Representação

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) é composta por 24 membros suplentes e 24 membros titulares. As vagas da Comissão são distribuídas entre os partidos políticos da Câmara dos Deputados, conforme indicação das Lideranças, obedecendo o que dispõe o Regimento Interno acerca da proporcionalidade partidária.

Estados e DF representados na CDC

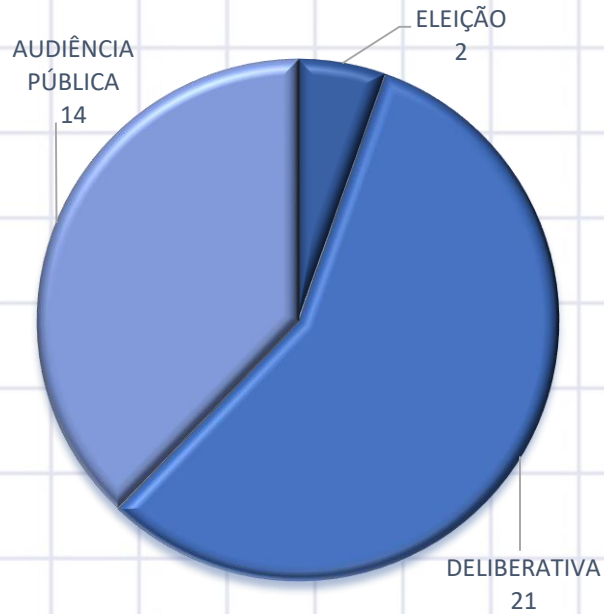


15 ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL

MINAS GERAIS	SANTA CATARINA	MARANHÃO
SÃO PAULO	CEARÁ	RONDÔNIA
RIO DE JANEIRO	TOCANTINS	PARAÍBA
PERNAMBUCO	RIO GRANDE DO SUL	AMAPÁ
BAHIA	GOIÁS	ALAGOAS

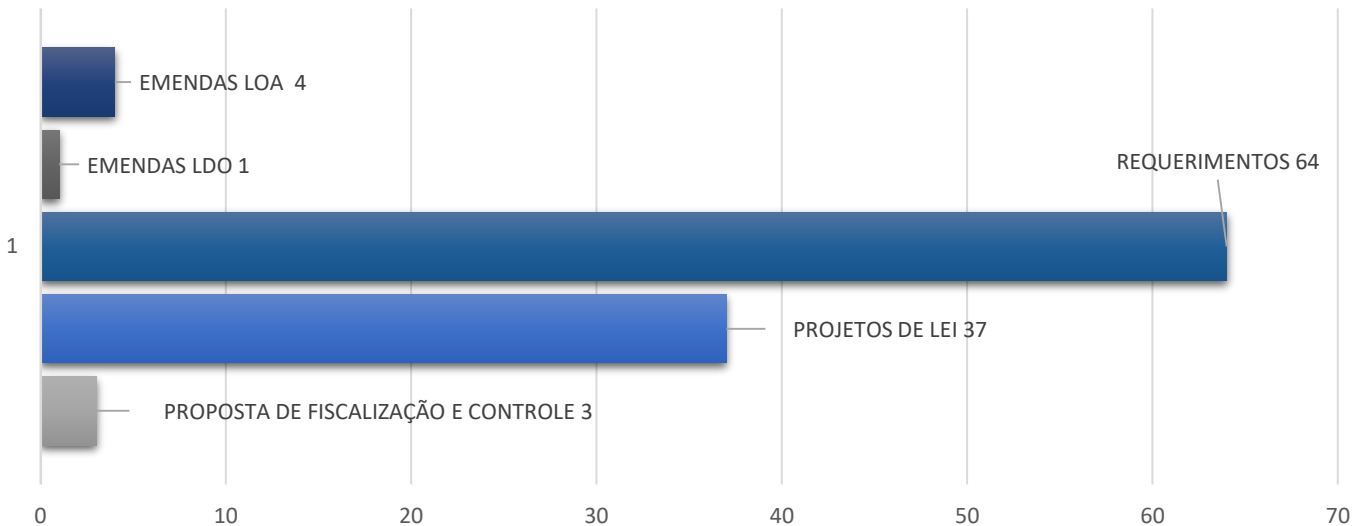
37 reuniões realizadas

Em 2021, a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) convocou 37 reuniões. Dessas, 21 foram deliberativas, objetivando a análise das proposições legislativas. Outras 14 foram audiências públicas. Ainda foram realizadas duas reuniões de eleição.



Proposições legislativas

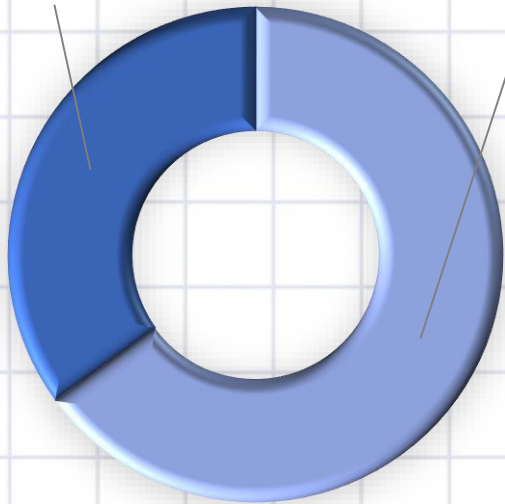
Em 2021, a Comissão apreciou 104 proposições. Foram 64 Requerimentos e 37 Projetos de Lei, além de três Propostas de Fiscalização e Controle, emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.



Resultados

Relatório anual - 2021

PROPOSIÇÕES
REJEITADAS: 35%

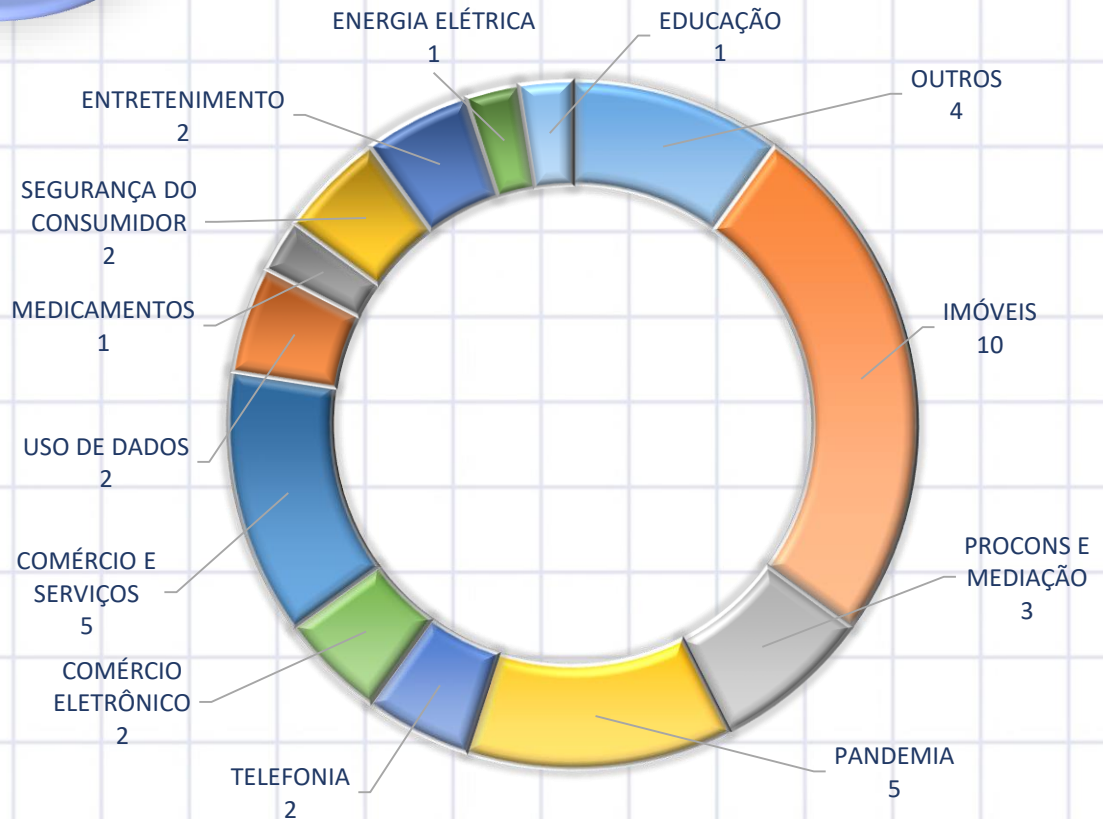


PROPOSIÇÕES
APROVADAS:
65%

Em 2021, saíram da Comissão de Defesa do Consumidor 37 projetos de lei. Foram 23 projetos de lei aprovados e 14 rejeitados. Além dos PLs, a CDC apreciou três relatórios de propostas de fiscalização e controle. Entre os temas recorrentes nessas proposições estão a pandemia, imóveis e telefonia.

Temas recorrentes (PLs e PFCs)

Proposições



Proposições aprovadas

PROJETO DE LEI Nº 2.243/2019 da Sra. EDNA HENRIQUE - Veda o envio de boleto de proposta decorrente de oferta de produto ou serviço sem a solicitação prévia do consumidor.

- RELATOR: Dep. Pedro Augusto Bezerra
- PARECER: Pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 25/03/21**
- Encaminhado para CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.510/2015 do Sr. ULDURICO JUNIOR - Proíbe o repasse ao consumidor de qualquer valor a título de corretagem.

- RELATORA: Dep. Pedro Augusto Bezerra
- PARECER: pela aprovação do PL 1510/2015, dos PLs nºs 1583/2015, 3475/2015, 5812/2016 e 8210/2017, apensados, nos termos do Substitutivo adotado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, e pela rejeição dos PLs nºs 6453/2016, 7714/2017, 8522/2017 e 2669/2019, apensados,
- **Aprovado parecer, com complementação de voto, em 20/05/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 64/2019 do Sr. WELITON PRADO - Obriga a criação de unidade do Procon nos aeroportos brasileiros e dá outras providências

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação do PL 64/2019 e do Substitutivo adotado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, com subemenda.
- **Aprovado o parecer em 24/06/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 738/2020 do Sr. GIL CUTRIM - Acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer 24/06/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.231/2020 do Sr. ALEXANDRE FROTA - Impede a cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel e TV, enquanto durar qualquer pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS

- RELATORA: Dep. Joyce Hasselmann
- PARECER: pela aprovação do PL 1231;2020, com substitutivo
- **Aprovado o parecer, com complementação de voto, em 24/06/21**
- Encaminhado à CCTCI

PROJETO DE LEI Nº 4.608/2020 do Sr. JOÃO MAIA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de validade dos produtos comercializados pela rede mundial de computadores (internet).

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer, com complementação de voto, em 24/06/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 5.210/2020 do Sr. RAFAEL MOTTA - Inclui o § 2º ao artigo 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para estabelecer o significado da expressão "preço à vista".

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 01/07/21**

- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 786/2019 da Sra. FLORDELIS - Acrescenta o artigo 43-A a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), "que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para tratar do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1, apresentada ao Substitutivo
- **Aprovado parecer em 05/08/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 426/2019 do Sr. RUBENS BUENO - Acrescenta o §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que o número de lote e as datas de fabricação e validade dos medicamentos devem ser impressas nos rótulos e embalagens primárias e secundárias de forma visível, ostensiva e acessível para o consumidor.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação do PL 426, de 2019, com substitutivo
- **Aprovado o parecer, com complementação de voto, em 05/08/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 897/2021 do Sr. CHRISTINO AUREO - Implanta o Código Verificador de Segurança - CVS, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e dá outras providências.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer em 05/08/21**
- Encaminhado à CFT

PROJETO DE LEI Nº 3.344/2019 do Sr. LAFAYETTE DE ANDRADA - Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que "dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública",

para estabelecer o funcionamento ininterrupto de atendimento presencial dos órgãos públicos no horário das 8 às 18 horas.

- RELATOR: Dep. Vinícius Carvalho
- PARECER: pela aprovação, com 3 emendas
- **Aprovado parecer em 26/08/21**
- Encaminhado à CTASP

PROJETO DE LEI Nº 5.451/2020 do Sr. MARCELO RAMOS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o comércio de terminais de telefonia móvel.

- RELATOR: Dep. Jorge Braz
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer com complementação de voto, contra o voto do dep. Gilson Marques, em 26/08/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 75/2019 do Sr. RODRIGO AGOSTINHO - Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.

- RELATOR: Dep. Vinicius Carvalho
- PARECER pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer, contra o voto do deputado Gilson Marques, em 23/09/21**
- Encaminhado à CFT

PROJETO DE LEI Nº 2.710/2020 do Sr. DOMINGOS SÁVIO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação, com emenda

- **Aprovado o parecer, com complementação de voto, em 23/09/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.139/2019 do Sr. CARLOS BEZERRA - Revoga o art. 9º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

- RELATOR: Dep. Joyce Hasselmann
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado o parecer em 30/09/21**
- Encaminhado à CDU

PROJETO DE LEI Nº 745/2021 do Sr. HERCULANO PASSOS - Dispõe sobre a troca de produtos adquiridos por comércio eletrônico em caso de vício de qualidade ou quantidade de fácil constatação.

- RELATOR: Dep. Joyce Hasselmann
- PARECER: pela aprovação
- **Aprovado parecer, com complementação de voto, em 30/09/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.953/2019 do Sr. HELIO LOPES - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para exigir a informação, nos documentos fiscais ou equivalentes, de todos os tributos federais, estaduais e municipais incluídos nos preços de venda das mercadorias e serviços.

- RELATORA: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação deste e das Emendas 1 e 2, da CEDEICS
- **Aprovado o parecer em 04/11/21**
- Encaminhado à CFT

PROJETO DE LEI Nº 4.743/2020 da Sra. REJANE DIAS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir protocolo on-line dos processos administrativos de competência do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor "PROCON".

- RELATOR: Dep. Márcio Marinho

- PARECER: pela aprovação, com emenda
- **Aprovado o parecer em 16/12/21**
- Encaminhado à CCJC

PROJETO DE LEI Nº 1.149/2021 do Sr. CHRISTINO AUREO - Alterar a Lei 13.140 de 26 de junho de 2015, e a Lei 13.848 de 25 de junho de 2019 para criar o Programa de Câmaras de Conciliação e Mediação — Conciliar, para auxiliar na solução de controvérsias decorrentes de relação de consumo.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela aprovação, com substitutivo
- **Aprovado o parecer, com complementação de voto, em 16/12/21**
- Encaminhado à CTASP

Proposições rejeitadas

PROJETO DE LEI Nº 4.382/2019 do Sr. MAURO NAZIF - Dispõe sobre a vedação do fornecimento de comprovantes em papel de material termossensível.

- RELATOR: Dep. Vinícius Carvalho
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado parecer em 06/05/21**
- Encaminhado à CDEICS

PROJETO DE LEI Nº 697/2020 da Sra. PATRICIA FERRAZ - Dispõe sobre a limitação da quantidade de produtos e equipamentos de proteção individual e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus que podem ser adquiridos individualmente.

- RELATOR: Dep. Celso Russomanno
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado parecer em 01/07/21**
- Encaminhado à CSSF

PROJETO DE LEI Nº 1.087/2020 do Sr. PAULO PIMENTA - "Altera o disposto na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando o inciso IV, §2º do Art. 3º, e assim, ficando impedida a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante todo o período do reconhecimento de estado de calamidade pública em razão dos efeitos da pandemia de coronavírus."

- RELATOR: Dep. Bozzella
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado o parecer pela rejeição deste, da Emenda 1, da CDC, e dos PLs 1.687/2020 e 1.700/2020, apensados, em 05/08/21**
- Encaminhado à CDEICS

PROJETO DE LEI Nº 259/2021 do Sr. ROBERTO DE LUCENA - Obriga a que portões eletrônicos sejam dotados de dispositivo antiesmagamento.

- RELATOR: Dep. Vinícius Carvalho
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado parecer em 26/08/21**
- Encaminhado à CDEICS

PROJETO DE LEI Nº 5.360/2020 do Sr. JUNINHO DO PNEU - Proíbe a discriminação do produto entregue em domicílio na parte externa da embalagem da mercadoria.

- RELATOR: Dep. Vinícius Carvalho
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado o parecer em 23/09/21**
- Encaminhado à Coper para aguardar recurso contra o poder conclusivo

PROJETO DE LEI Nº 3.215/2019 da Sra. EDNA HENRIQUE - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento do horário de início de shows, espetáculos e apresentações públicas em que haja cobrança de ingresso ao público, e dá outras providências.

- RELATOR: Dep. Felipe Carreras
- PARECER: pela rejeição deste, e do PL 6254/2019, apensado
- **Aprovado parecer em 30/09/21**
- Encaminhado à Coper

PROJETO DE LEI Nº 9.339/2017 do Sr. CLEBER VERDE - Incluir o § 1º ao art. 23 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção dos consumidores e dá outras providências.

- RELATOR: Dep. Leda Sadala
- PARECER: pela rejeição
- **Aprovado o parecer em 04/11/21**
- Encaminhado à CCJC

Proposições arquivadas

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 18/2019 do Sr. ÁUREO RIBEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle no Programa de Financiamento Estudantil (Fies) a fim de acompanhar a continuidade da execução do programa.

- RELATOR: Dep. GILSON MARQUES

- PARECER: Pelo arquivamento
- **Aprovado o relatório final em 06/05/21**
- Encaminhado à Coper

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 103/2017 do Sr. EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle nos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - para verificar a origem e os valores envolvidos nas indenizações das transmissoras de energia e no repasse indevido dos valores da energia não entregue pela usina nuclear de Angra 3 e na Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

- RELATOR: Dep. Júlio Delgado
- PARECER: Pelo arquivamento
- **Aprovado o relatório final em 16/12/21**
- Encaminhado à Coper

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 161/2018 do Sr. EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre: a) a dívida pública federal, no período de 2012 a 2017; b) o impacto sobre o montante da dívida pública das decisões do COPOM na fixação da SELIC; c) receita e despesa com a previdência social.

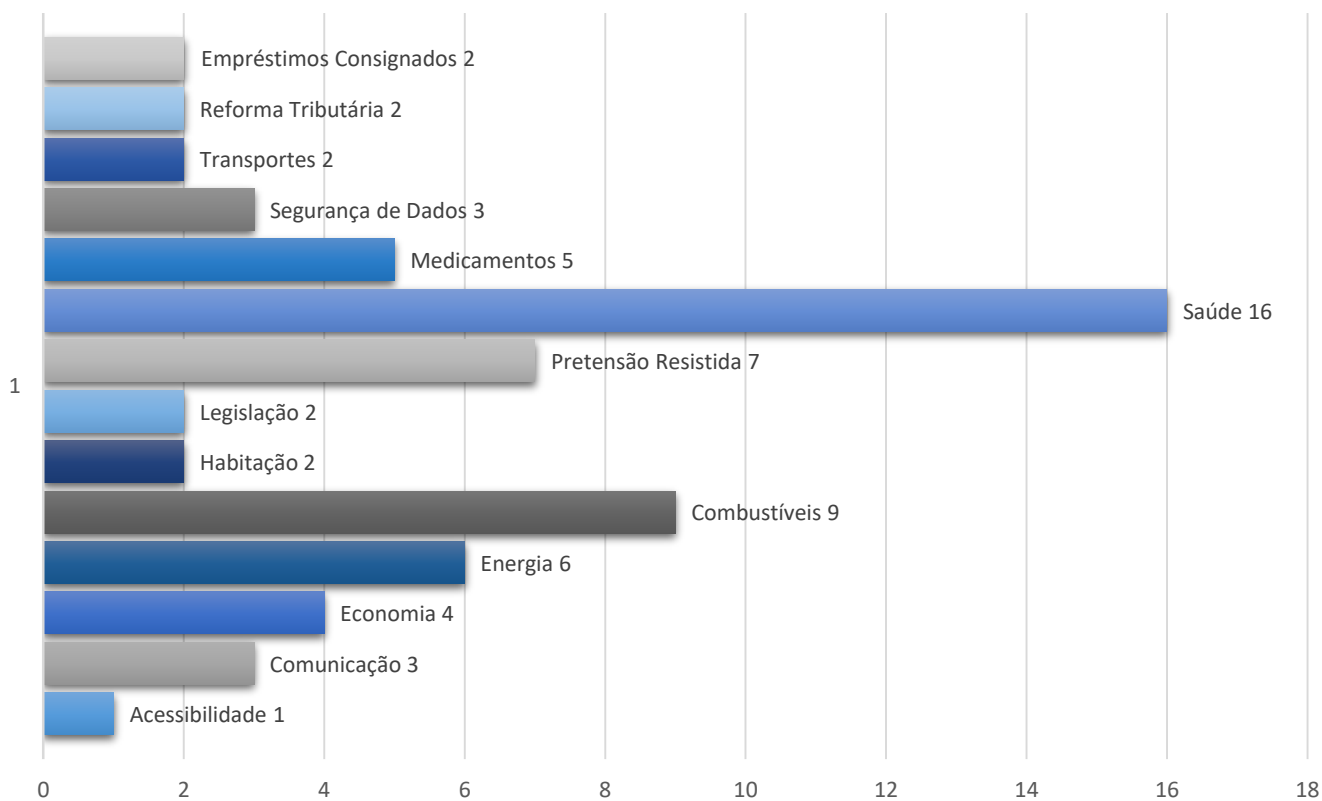
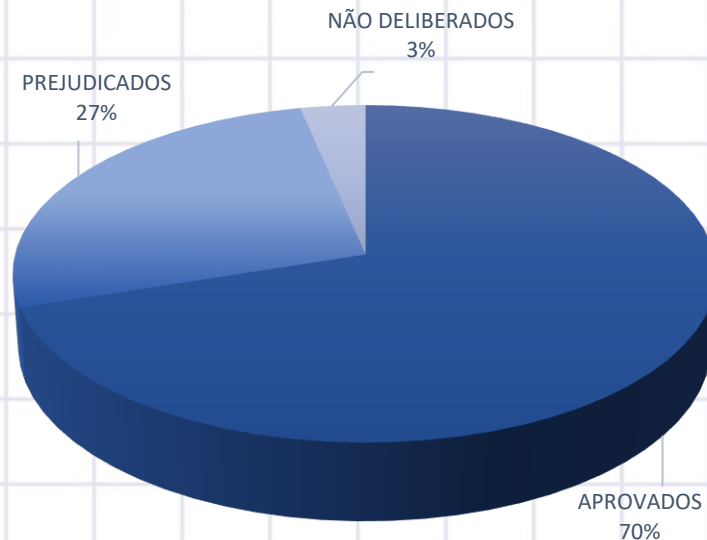
- RELATOR: Dep. Ivan Valente
- PARECER: Pelo arquivamento
- **Aprovado o relatório final em 16/12/21**
- Encaminhado à Coper

Requerimentos

Relatório anual - 2021

Em 2021, a CDC recebeu 64 requerimentos. Desses, 42 foram aprovados pelo plenário da Comissão.

Entre os recebidos, a maior parte visou tratar de questões afetas à saúde, medicamentos, segurança de dados, energia elétrica, empréstimos consignados e planos de saúde.



Temas recorrentes nos requerimentos

Requerimentos apresentados

REQ	AUTOR	EMENTA	ANDAMENTO
1/2021	Ivan Valente	<i>Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde, para falar sobre a omissão do Governo Federal no enfrentamento da Covid-19 e seus impactos para os consumidores.</i>	11/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Prejudicado. Arquivado.
2/2021	Ivan Valente	<i>Requer a convocação do Ministro de Estado da Economia para falar sobre a omissão do Governo Federal diante da alta de preços dos combustíveis e dos produtos que integram a cesta básica em todo o país.</i>	17/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, com alteração para convite. Audiência não realizada.
3/2021	Eli Correa Filho	<i>Requer a realização de audiência pública na comissão de defesa do consumidor sobre o PL 7733/2017.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
4/2021	Pedro Vilela	<i>Requer que seja realizada Audiência Pública para promover estudos voltados à proposta de atualização do Código de Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078/90.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, com alteração. Audiência não realizada.
5/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater a criação do Passaporte Digital de Vacinação.</i>	24/03/2021: Apresentado 25/03/2021: Aprovado, com alteração. 06/05/2021: Audiência cancelada.

Relatório anual - 2021

			Arquivado.
6/2021 Ver 7/2021 10/2021 14/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública conjunta para debater cronograma de vacinação pública e privada.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado. 26/05/2021: Audiência realizada com a CFFC e presença do Ministro da Saúde.
7/2021 Ver 23/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública conjunta para debater o reajuste nos valores dos planos de saúde.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado. 26/05/2021: Audiência realizada com a CFFC e presença do Ministro da Saúde. 16/09/2021: Audiência realizada com a CIDOSO. Arquivado.
8/2021 Ver 15/2021 31/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater alta no preço dos combustíveis para o consumidor final.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, com alteração. 21/10/2021: Audiência realizada. Arquivado.
9/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
10/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater o aumento no preço dos medicamentos.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, com alteração e com pedido de subscrição do Deputado Carlos Sampaio.

Relatório anual - 2021

			26/05/2021: Audiência realizada com a CFFC e presença do Ministro da Saúde.
11/2021	Eli Corrêa Filho	<i>Requer realização de audiência pública para discutir o PL 7733/2017.</i>	24/03/2021: Apresentado. 24/03/2021: Prejudicado em razão da aprovação do Requerimento nº 3/2021. Arquivado.
12/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater a cobrança de bagagem de mão por empresas aéreas em operação no Brasil.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, contra o voto de Deputado Gilson Marques. Audiência não realizada.
13/2021 Ver 27/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater a coleta de dados dos usuários do Facebook sem conhecimento e consentimento prévio dos consumidores, bem como sua utilização e seu fornecimento consentido.</i>	24/03/2021: Apresentado. 25/03/2021: Aprovado, com alteração. 27/05/2021: Audiência realizada.
14/2021 Ver 7/2021 23/2021	Júlio Delgado	<i>Requer a realização de audiência pública conjunta para debater o reajuste nos valores dos planos de saúde".</i>	24/03/2021: Apresentado. 15/04/2021: Aprovado. 26/05/2021: Audiência realizada com a CFFC e presença do Ministro da Saúde. 10/06/2021: Audiência realizada. Arquivado.
15/2021 Ver	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de um convidado para a audiência pública que visa debater alta no preço dos</i>	31/03/2021: Apresentado. 08/04/2021: Aprovado. 21/10/2021: Audiência realizada.

Relatório anual - 2021

8/2021 31/2021		<i>combustíveis para o consumidor final.</i>	Arquivado.
16/2021	Felipe Carreras Ivan Valente	<i>Requer a convocação do ministro da saúde para debater cronograma de vacinação pública e privada.</i>	05/04/2021: Apresentação 08/04/2021: Substituição de versão do inteiro teor da proposição 27/05/2021: Retirado de tramitação Arquivado.
17/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater as multas aplicadas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (SCMED) a empresas do setor farmacêutico por venderem medicamentos usados no tratamento da Covid-19 acima do preço autorizado.</i>	07/04/2021: Apresentado 08/04/2021: Aprovado, com alteração. 29/04/2021: Audiência realizada. Arquivado.
18/2021	Jorge Braz	<i>Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de lei nº 11.068/2018 que estabelece que a oferta e a afixação de preços de bens e serviços para o consumidor também deverão ser feitas em braile.</i>	09/04/2021: Apresentado 06/05/2021: Aprovado. 05/07/2021: Audiência realizada. Arquivado.
19/2021	Gilson Marques	<i>"Requer a realização de audiência pública na Comissão de Defesa do Consumidor para debater o PL 1542/2020, que veda reajustes de preços de medicamentos e de contraprestações pecuniárias de</i>	13/04/2021: Apresentado. 15/04/2021: Aprovado, com alteração. Audiência não realizada.

Relatório anual - 2021

		<i>planos privados de assistência à saúde pelos prazos que especifica".</i>	
20/2021 Ver 25/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os empréstimos consignados contratados sem autorização em nome de aposentados e pensionistas</i>	20/04/2021: Apresentado 29/04/2021: Aprovado 13/05/2021: Audiência realizada. Arquivado.
21/2021	Ivan Valente	<i>Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Dr. MARCELO QUEIROGA, para falar a esta Comissão sobre as ações do Ministério da Saúde diante do desabastecimento dos medicamentos que integram o kit intubação nos estabelecimentos de saúde de todo o país, bem como sobre a evolução dos preços destes medicamentos, desde o início da pandemia".</i>	20/04/2021: Apresentado. 26/05/2021: Prejudicado. Arquivado.
22/2021 Ver 38/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os impactos para os consumidores de energia elétrica do PL 5.829/19, que institui o marco regulatório da minigeração e microgeração distribuída no Brasil.</i>	20/04/2021: Apresentado. 29/04/2021: Aprovado. 08/07/2021: Audiência realizada. Arquivado.
23/2021 Ver	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para debater os reajustes anuais aplicados pelas</i>	27/04/2021: Apresentado. 29/04/2021: Aprovado, com alteração.

Relatório anual - 2021

7/2021 14/2021		<i>operadoras de planos de saúde aos consumidores."</i>	10/06/2021: Audiência realizada. Arquivado.
24/2021	José Nelto	<i>Requer a realização de Audiência Pública por videoconferência para discutir o reajuste nos preços dos medicamentos que compõem o chamado kit intubação.</i>	28/04/2021: Apresentado. 28/04/2021: Prejudicado. Arquivado.
25/2021 Ver 20/2021	Carlos Sampaio	<i>Requer a inclusão de dois convidados para a audiência pública que visa debater os empréstimos consignados contratados sem autorização em nome de aposentados e pensionistas".</i>	29/04/2021: Apresentado. 06/05/2021: Aprovado. 13/05/2021: Audiência realizada. Arquivado.
26/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a realização de audiência pública para debater reajustes de preços de serviços de energia elétrica.</i>	30/04/2021: Apresentado. 30/04/2021: Apresentado Requerimento de Retirada de Tramitação. 07/05/2021: Deferida a retirada. Arquivado.
27/2021 Ver 13/2021	Joice Hasselmann	<i>Requer a inclusão de convidado ao Requerimento de Audiência Pública de nº 13/2021, aprovado nesta Comissão.</i>	03/05/2021: Apresentado 06/05/2021: Aprovado. 27/05/2021: Audiência realizada. Arquivado.
28/2021	Jorge Braz	<i>Requer, a realização de audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 786, de 2019, que trata do armazenamento, pelo fornecedor, de dados referentes aos instrumentos de pagamento utilizados pelo consumidor.</i>	05/05/2021: Apresentado. 13/05/2021: Aprovado, com alteração. 28/06/2021: Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2021

<p>29/2021 Ver 32/2021</p>	<p>Jorge Braz</p>	<p><i>Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de lei nº 240/2019 que dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo.</i></p>	<p>05/05/2021: Apresentado. 13/05/2021: Aprovado. 18/10/2021: Audiência realizada. Arquivado.</p>
<p>30/2021</p>	<p>Ivan Valente Talíria Petrone</p>	<p><i>Requer a convocação do Ministro de Estado da Saúde, Sr. Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, para prestar os devidos esclarecimentos sobre a Política Nacional de Saúde Suplementar Para o Enfrentamento da Pandemia da Covid-19 (PNSS-Covid-19).</i></p>	<p>07/05/2021: Apresentado. 26/05/2021: Prejudicado. Arquivado.</p>
<p>31/2021 Ver 8/2021 15/2021</p>	<p>Célio Moura</p>	<p><i>Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 08/2021 - CDC, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.</i></p>	<p>11/05/2021: Apresentado 20/05/2021: Aprovado 21/10/2021: Audiência realizada. Arquivado.</p>
<p>32/2021 Ver 29/2021</p>	<p>Carlos Sampaio</p>	<p><i>Requer a inclusão de um convidado para a audiência pública que visa debater o PL 240/2019 - dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo.</i></p>	<p>17/05/2021: Apresentado. 18/10/2021: Prejudicado. Arquivado.</p>
<p>33/2021</p>	<p>Vinicius Carvalho</p>	<p><i>"Submete aos membros da Comissão requerimento para que o Colegiado tenha oportunidade de apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 52, de 2003".</i></p>	<p>19/05/2021: Apresentado. 24/06/2021: Aprovado. 07/07/2021: Reenumerado como Requerimento de Redistribuição nº 1472/2021.</p>

Relatório anual - 2021

			11/08/2021: Indeferido o Requerimento de Redistribuição.
34/2021 Ver 35,37,42 44, 45, 51/2021	Vinicius Carvalho	<i>Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 533, de 2019, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.</i>	24/05/2021: Apresentado. 17/06/2021: Aprovado. 16/09/2021: 1ª Audiência realizada. 18/11/2021: 2ª Audiência realizada. Arquivado.
35/2021	Aureo Ribeiro	<i>Requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 533, de 2019, que modifica o Código de Processo Civil.</i>	02/06/2021: Apresentado. 17/06/2021: Aprovado. 16/09/2021: 1ª Audiência realizada 18/11/2021: 2ª Audiência realizada Arquivado.
36/2021	Celso Russomanno	<i>Requer sejam prestadas informações pelo Tribunal de Contas da União sobre a aplicação dos recursos federais transferidos às unidades da Federação para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.</i>	02/06/2021: Apresentado. 17/06/2021: Aprovado. 20/08/2021: Recebido o Aviso nº 1359 - GP/TCU com cópia do Acórdão nº 1.943/2021.
37/2021	Paulo Pimenta	<i>Requer o aditamento do requerimento de audiência pública número nº 35 de 2021 aprovado nesta Comissão.</i>	22/06/2021: Apresentado. 01/07/2021: Aprovado, com pedido de subscrição do Deputado Ricardo Izar. 16/09/2021: 1ª Audiência realizada. 18/11/2021: 2ª Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2021

<p>38/2021 Ver 22/2021</p>	<p>Celso Russomanno</p>	<p><i>Requer a inclusão de um convidado para a audiência pública para debater os impactos para os consumidores de energia elétrica do PL 5.829/19, que institui o marco regulatório da minigeração e microgeração distribuída no Brasil.</i></p>	<p>23/06/2021: Apresentado. 01/07/2021: Aprovado. 08/07/2021: Audiência realizada. Arquivado.</p>
<p>39/2021</p>	<p>Júlio Delgado</p>	<p><i>Requer, a realização de audiência pública para debater contratos para aquisição de vacinas, testes de Covid-19, insumos dentre outros produtos efetivados pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia.</i></p>	<p>28/06/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.</p>
<p>40/2021</p>	<p>Júlio Delgado</p>	<p><i>Requer, a realização de audiência pública para debater contratos para aquisição de vacinas, testes de Covid-19, insumos dentre outros produtos efetivados pelo Ministério da Saúde no combate à pandemia.</i></p>	<p>28/06/2021: Apresentado 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.</p>
<p>41/2021 Ver 22/2021</p>	<p>Gilson Marques</p>	<p><i>Requer a inclusão de convidado para a audiência pública para debater os impactos para os consumidores de energia elétrica do PL 5.829/19, que institui o marco regulatório da minigeração e microgeração distribuída no Brasil, solicitada pelo REQ 22/2021, do deputado Celso Russomanno (REPUBLICANOS/SP).</i></p>	<p>01/07/2021: Apresentado. 05/08/2021: Aprovado. 08/07/2021: Audiência realizada. Arquivado.</p>
<p>42/2021</p>	<p>Paulo Pimenta</p>	<p><i>Requer o aditamento do requerimento 35/2021 para inserir convidado na Audiência Pública</i></p>	<p>12/07/2021: Apresentado. 12/08/2021: Aprovado, com alteração.</p>

Relatório anual - 2021

		<i>para debater o Projeto de Lei n. 533, de 2019, que modifica o Código de Processo Civil.</i>	16/09/2021: 1ª Audiência realizada. 18/11/2021: 2ª Audiência realizada. Arquivado.
43/2021 Ver 48/2021	Pedro Vilela	<i>Requer a realização de audiência pública para discutir o impacto da Reforma Tributária para o consumidor final.</i>	16/07/2021: Apresentado. 12/08/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
44/2021	Leda Sadala	<i>Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil".</i>	03/08/2021: Apresentado. 12/08/2021: Aprovado. 16/09/2021: 1ª Audiência realizada. 18/11/2021: 2ª Audiência realizada. Arquivado.
45/2021	Celso Russomanno	<i>Requer o aditamento do requerimento 35/2021 para inserir convidados na Audiência Pública para debater o Projeto de Lei n. 533, de 2019, que modifica o Código de Processo Civil.</i>	11/08/2021: Apresentado. 16/09/2021: Audiência realizada. Arquivado.
46/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a convocação do ministro da Infraestrutura para debater o traçado da ferrovia Transnordestina e seus impactos na economia popular e na distribuição de bens.</i>	17/08/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
47/2021	Leda Sadala	<i>Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o PL 2484/2021 que institui a obrigatoriedade de incluir nos</i>	17/08/2021: Apresentado. 19/08/2021: Aprovado. 02/09/2021: Audiência realizada. Arquivado.

Relatório anual - 2021

		<i>produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto.</i>	
48/2021 Ver 43/2021	Ricardo Izar	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº 43/2021 - CDC, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.</i>	24/08/2021: Apresentado. 26/08/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
49/2021	Felipe Carreras	<i>Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor se manifeste por meio de Moção de Repúdio acerca de comentário do Ministro da Economia, Senhor Paulo Guedes, menosprezado a crise hídrica e energética que o país está sofrendo.</i>	26/08/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
50/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a convocação do ministro de Minas e Energia para debater as ações da pasta para combater o aumento dos preços dos combustíveis durante o período de ESPIN.</i>	27/08/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
51/2021	Vinicius Carvalho	<i>Requer o aditamento de convidados para debaterem o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 533, de 2019, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.</i>	15/09/2021: Apresentado. 23/09/2021: Aprovado. 18/11/2021: Audiência realizada. Arquivado.
52/2021	Gilson Marques	<i>Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos</i>	22/09/2021: Apresentado. 30/09/2021: Aprovado. Audiência não realizada.

Relatório anual - 2021

		<i>ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.</i>	
53/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a inclusão de convidado em reunião de Audiência Pública para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	28/09/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
54/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a convocação do ministro das comunicações, Fábio Faria, para debater a qualidade e abrangência do serviço de internet no País.</i>	01/10/2021: Apresentado. 04/10/2021: Apresentado Requerimento de Retirada de Tramitação. 07/10/2021: Deferida a retirada. Arquivado.
55/2021	Felipe Carreras	<i>Requer a convocação do ministro da economia, Sr. Paulo Guedes, para debater a alta no preço dos combustíveis para o consumidor final.</i>	01/10/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
56/2021	Pedro Vilela	<i>Requer a realização de Audiência Pública com a presença dos convidados que menciona a respeito da decisão da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC acerca da Portaria 6.168/2021 que proibiu o aumento de frequência semanal de operações no Aeroporto Zumbi dos Palmares em Alagoas.</i>	19/10/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
57/2021	Ricardo Izar	<i>Requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o PL 3500/2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.</i>	20/10/2021: Apresentado. 16/12/2021: Aprovado, com pedido de subscrição do Deputado Gilson Marques. Audiência não realizada.

Relatório anual - 2021

58/2021	Ivan Valente	<i>Requer a convocação do Presidente da Petrobrás para prestar informações sobre a política de preços praticada pela PETROBRAS e seu impacto atual nos reajustes de preços dos combustíveis.</i>	29/10/2021: Apresentado 04/11/2021: Apresentado Requerimento de Retirada de Tramitação. 04/11/2021: Deferida a retirada. Arquivado.
59/2021	Ivan Valente	<i>Requer a convocação do Presidente da Petrobrás para prestar informações sobre a política de preços praticada pela PETROBRAS e seu impacto atual nos reajustes de preços dos combustíveis.</i>	29/10/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
60/2021 Ver 61/2021	Ivan Valente	<i>Requer que seja convidado o Presidente da Petrobrás para falar sobre as informações de política de preços praticada pela PETROBRAS e seu impacto atual nos reajustes de preços dos combustíveis.</i>	03/11/2021: Apresentado. 16/12/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
61/2021	Paulo Pimenta	<i>Requer o aditamento ao requerimento nº REQ 60/2021 - CDC, para inclusão de convidado para falar sobre as informações de política de preços praticada pela Petrobras e seu impacto atual nos reajustes de preços dos combustíveis.</i>	25/11/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.
62/2021	Ivan Valente	<i>"Requer a realização de reunião de audiência pública para debater o PL Nº 1043 DE 2019, de autoria do Deputado David Soares, que "Dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos"</i>	30/11/2021: Apresentado. 16/12/2021: Aprovado. Audiência não realizada.
63/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de audiência pública para debater o Decreto 10.887/21, que dispõe sobre a</i>	08/12/2021: Apresentado. 16/12/2021: Aprovado, com alteração e com pedido de

Relatório anual - 2021

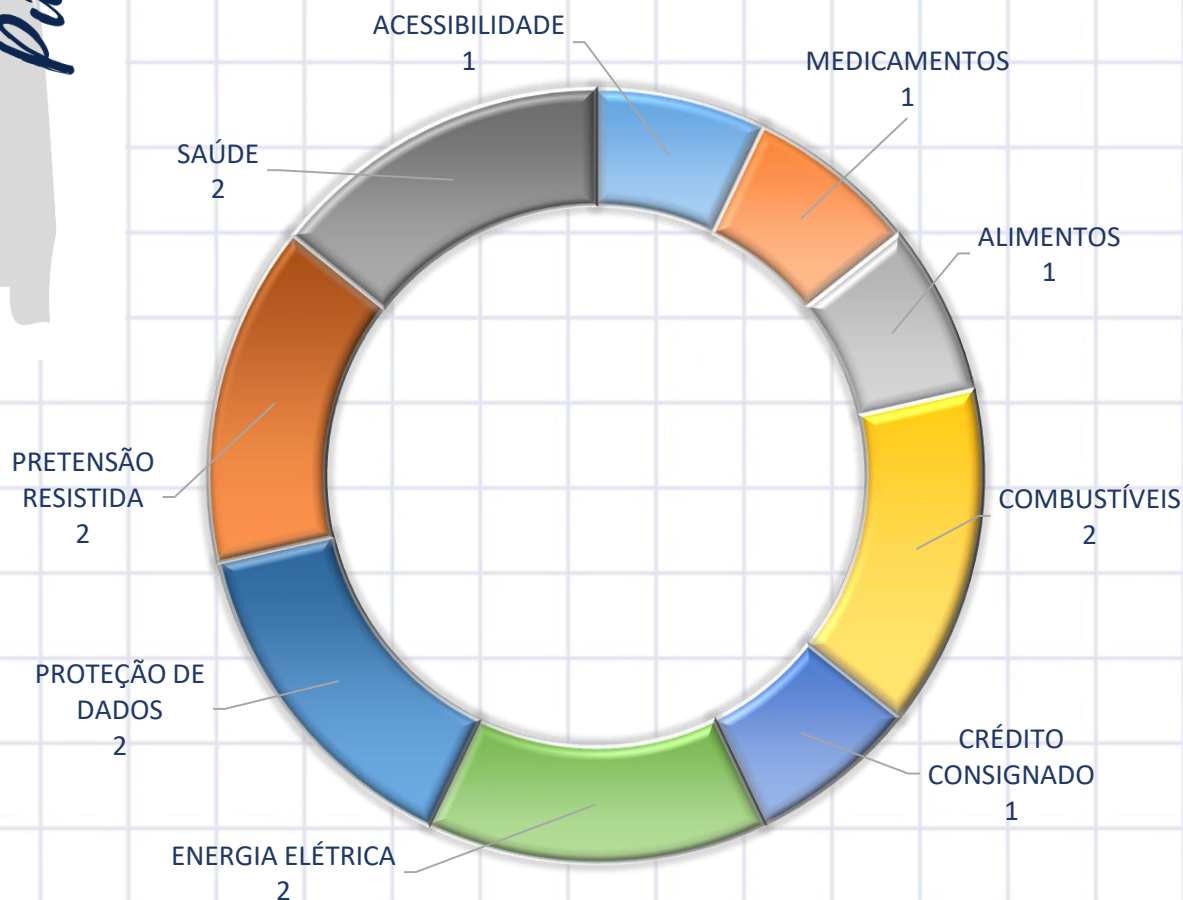
		<i>organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.</i>	subscrição do Deputado Weliton Prado. Audiência não realizada.
64/2021	Celso Russomanno	<i>Requer a realização de reunião de Audiência Pública para discutir possíveis irregularidades envolvendo as ferramentas de mensuração de pontuação do consumidor por meio do chamado "score de crédito".</i>	15/12/2021: Apresentado. 20/12/2021: Prejudicado. Arquivado.

14 audiências realizadas

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados permite às comissões permanentes e temporárias realizar reuniões de audiências públicas com entidades da sociedade civil para instruir matérias legislativas em tramitação e tratar de qualquer tema de interesse público relevante dentro de sua área temática.

Em 2021, a CDC ouviu mais de 70 autoridades, entre elas dois ministros de Estado, em 14 reuniões de audiência pública, duas delas realizadas em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, instruindo membros e relatores de matérias, exercendo sua função constitucional de fiscalização do Poder Executivo e atendendo demandas específicas de consumidores brasileiros.

*Audiências
Públicas*



Temas recorrentes

PREÇOS DOS MEDICAMENTOS

Requerimento nº 17/2021 – Deputado Celso Russomanno

Data: 29/04/2021

Expositores

Leonardo Marques - Coordenador-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas – Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON

Romilson de Almeida Volotão - Secretário-Executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – SCMED

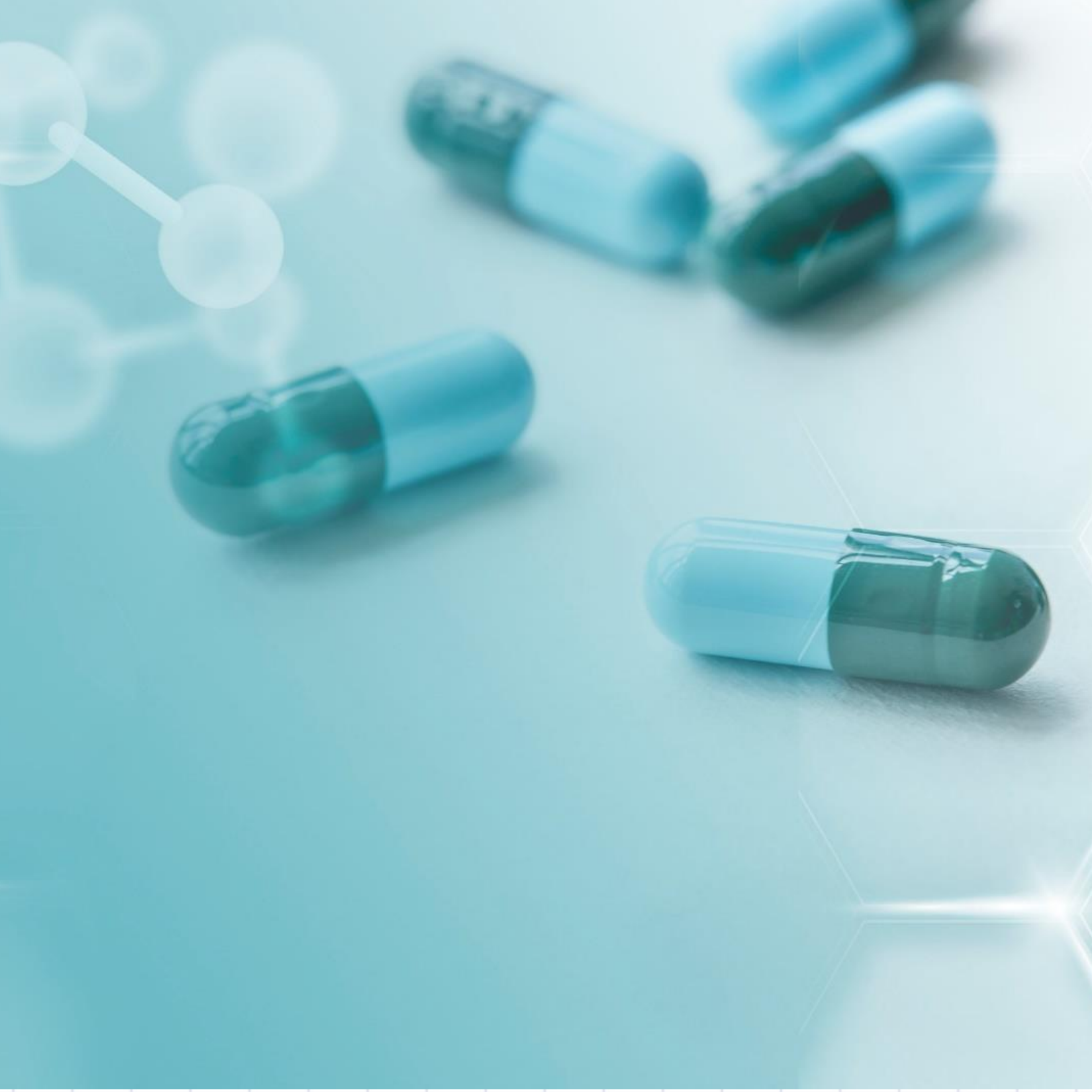
Henrique Uchio Tada - Presidente-Executivo da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais – ALANAC

Nelson Mussolini - Presidente Executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos – SINDUSFARMA

Sérgio Mena Barreto - Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias – ABRAFARMA

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/752727-grupo-de-trabalho-deve-aprofundar-discussao-sobre-precos-abusivos-de-medicamentos/>



ARMAZENAMENTO DE DADOS

Requerimento nº 28/2021 – Deputado Jorge Braz

Data: 28/06/2021

Expositores

Marcel Leonard - Representante da Associação Brasileira de Instituições de Pagamento – ABIPAG

Gerson Rolim - Consultor do Comitê de Meios de Pagamento da Câmara Brasileira de Economia Digital

Marcelo Takeyama - Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço – Abecs

Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior - Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

Fabício de Mota Alves - Advogado Especialista em Direito Digital

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/778596-para-debatedores-lei-de-protecao-de-dados-garante-seguranca-de-consumidor-na-compra-por-meio-eletronico/>

ALTA NO PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS

Audiência Pública proposta para ouvir do Ministério da Economia quais medidas adotadas para a mitigação dessa alta no preço dos combustíveis.

Requerimento nº 8/2021 – Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 15/2021 – Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 31/2021 – Deputado Célio Moura

Data: 21/10/2021

Expositores

Bruno Negrís - Diretor de Programa na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento – Ministério da Economia

Sandro Paes Barreto - Gerente Geral de Comercialização no Mercado Interno – Marketing – Petrobrás

Marcelo Pagotti João - Assessor da Presidência – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro

Bruno Conde Caselli - Superintendente de Defesa da Concorrência – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

Paulo Nei - Coordenador de Monitoramento de Mercado – Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon

Mario Alberto Dalzot - Diretor de Assuntos Institucionais, Jurídicos e Terceirizados da Federação Única dos Petroleiros – FUP

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/819184-petrobras-diz-que-nao-ha-perspectiva-para>

COLETA DE DADOS DE USUÁRIOS DO FACEBOOK SEM CONSENTIMENTO

Audiência Pública realizada com o intuito de debater a coleta e venda de dados dos usuários do Facebook, bem como a posterior utilização dessas informações.

Requerimento nº 13/2021 – Deputado Celso Russomanno

Requerimento nº 27/2021 – Deputada Joice Hasselmann

Data: 27/05/2021

Expositores

Pedro Aurélio Queiroz Pereira da Silva - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacon

José Reynaldo de Almeida Furlani - Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil

Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior - Diretor-Presidente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD

Rebeca Garcia - Gerente de Políticas Públicas do Facebook

Dario Urgan - Diretor de Políticas Públicas do WhatsApp

Michel de Souza - Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec

Sergio Paulo Gallindo - Presidente Executivo da BRASSCOM – Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais

Fabro Steibel - Representante do Instituto de Tecnologia e Sociedade – ITS

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/765447-comissao-de-defesa-do-consumidor-questiona-nova>



COMPRA DE ENERGIA PELAS CONCESSIONÁRIAS

Audiência Pública realizada com o intuito de debater o Projeto de Lei nº 240/2019, que "Dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo".

Requerimento nº 29/2021 – Deputado Jorge Braz

Data: 18/10/2021

Expositores

Isaac Pinto Averbuch - Coordenador Geral do Departamento de Gestão do Setor Elétrico do Ministério de Minas e Energia

Júlio César Rezende Ferraz - Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel

Wagner Ferreira - Diretor Jurídico e Institucional da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee

Manoel Teixeira de Mesquita Neto - Presidente do Conselho Nacional dos Consumidores de Energia Elétrica – Conacen

Acesse para mais informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=d6m3OuRASWo>

PRETENSÃO RESISTIDA – PL 533/2019

As Audiências Públicas foram realizadas com o intuito de debater o substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 533, de 2019, que acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil (pretensão resistida).

Requerimento nº 34/2021 – Deputado Vinicius Carvalho
Requerimento nº 35/2021 – Deputado Aureo Ribeiro
Requerimento nº 37/2021 – Deputado Paulo Pimenta e outro
Requerimento nº 42/2021 – Deputado Paulo Pimenta
Requerimento nº 44/2021 – Deputada Leda Sadala
Requerimento nº 45/2021 – Deputado Celso Russomanno
Requerimento nº 51/2021 – Deputado Vinicius Carvalho

Datas: 16/09/2021 e 18/11/21

Expositores de 16/09/2021

Marco Buzzi - Ministro do Superior Tribunal de Justiça
Ricardo Chimenti - Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Marília de Ávila e Silva Sampaio - Representante da Associação de Magistrados Brasileiros
Luciano Timm - Advogado
Arthur Rollo - Advogado
Igor Rodrigues Britto - Diretor de Relações Institucionais do Idec
Augusto de Paula Barbosa - Membro da Comissão Nacional de Direito do Consumidor – OAB Nacional
Bruno Miragem - Advogado

Expositores de 18/11/2021

Henrique Ávila - ex-Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça
Daniel Freitas Resende - Advogado e Presidente da Comissão de Arbitragem da OAB/MG

Valéria Lagrasta - Juíza de Direito da 2ª Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Jundiaí

Susana Henriques da Costa - Professora doutora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e coordenadora do Grupo de Pesquisa "Acesso à Justiça e Litigância Repetitiva"

José Geraldo Filomeno - Advogado e consultor da Comissão Permanente de Direito do Consumidor da OAB São Paulo

Márcia Moro - Vice-Presidente do Procons Brasil

Erik Navarro - Juiz federal

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/806967-juristas-afirmam-que-projeto-sobre-pretensao-resistida-prejudica-consumidor/>

EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS CONTRATADOS SEM AUTORIZAÇÃO

Audiência Pública realizada com o intuito de debater denúncias de empréstimos consignados contratados sem autorização em nome de aposentados e pensionistas.

Requerimento nº 20/2021 – Deputado Celso Russomanno

Requerimento nº 25/2021 – Deputado Carlos Sampaio

Data: 13/05/2021

Expositores

Andreia Lais de Melo Silva Vargas - Chefe do Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil

Leonardo Rolim - Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Pedro Aurélio Queiroz - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Senacon/MJ

Alan Santos - Diretor de Relacionamento e Negócios da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – Dataprev

Amaury Oliva - Diretor Executivo de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Federação Brasileira de Bancos – Febraban

Arthur Rollo - Presidente do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor – Inadec

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/759145-comissao-vai-pedir-punicao-de-bancos-acusados-de>

REAJUSTES EM PLANOS DE SAÚDE

Audiência Pública realizada com o intuito de debater o reajuste anual de 2021 nos valores dos planos de saúde e a cobrança, concomitante, do reajuste referente a 2020, que havia sido suspensa.

Requerimento nº 07/2021 – Deputado Felipe Carreras

Requerimento nº 14/2021 – Deputado Júlio Delgado

Requerimento nº 23/2021 – Deputado Celso Russomanno

Data: 10/06/2021

Expositores

Daniel Meirelles Fernandes Pereira - Assessor Especial do Gabinete do Ministro – Ministério da Saúde

Rogério Scarabel Barbosa - Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar

Ana Carolina Navarrete - Coordenadora do Programa de Saúde do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

Fernando Capez - Diretor Executivo da Fundação Procon-SP

Renato Freire Casarotti - Presidente da Associação Brasileira de Planos de Saúde

Paulo Ricardo Brustolin - CEO da Unimed do Brasil

João Alceu Amoroso Lima - Presidente da Federação Nacional de Saúde Suplementar

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/770949-comissao-vai-propor-regras-para-planos-de-saude>

GERAÇÃO DE ENERGIA

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater a geração de energia.

Requerimento nº 22/2021 – Deputado Celso Russomanno

Requerimento nº 38/2021 – Deputado Celso Russomanno

Data: 08/07/2021

Expositores

Carlos Alberto Calixto Mattar - Superintendente de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel

André Delgado de Souza - Diretor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do Tribunal de Contas da União – TCU

Paulo Nei - Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Substituto – Secretaria Nacional do Consumidor

Clauber Barão Leite - Coordenador do Programa de Energia e Sustentabilidade do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC

Rodrigo Suaia - Presidente-Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – Absolar

Acesse para mais informações:

<https://www.camara.leg.br/noticias/783218-proposta-que-taxa-geracao-distribuida-de-energia-nao-tem-consenso/>



PREÇOS EM BRAILE

A Audiência Pública foi realizada com o intuito debater o Projeto de Lei nº 11.068/2018 que estabelece que a oferta e a afixação de preços de bens e serviços para o consumidor também deverão ser feitas em braille”.

Requerimento nº 18/2021 – Deputado Jorge Braz

Data: 05/07/2021

Expositores

Paulo Nei - Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Substituto da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça – Senacon

Álvaro Furtado - Coordenador da Câmara do Comércio de Gêneros Alimentícios da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC

Lucas Pêgo - Diretor Nacional de Desenvolvimento da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel

Maurício Antonio Ungari da Costa - Vice-Presidente da Associação Brasileira de Supermercados – Abras

Augusto Fernandes - Representante do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência – Conade e Coordenador-Geral de Acessibilidade e Tecnologia Assistiva da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Beto Pereira - Presidente da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB

Acesse para mais informações: <https://www.youtube.com/watch?v=JMMNKAFQf8k&t=3036s>

GLÚTEN

A Audiência Pública foi realizada com o intuito de debater o PL 2.484/2021 que institui a obrigatoriedade de incluir nos produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto.

Requerimento nº 47/2021 – Deputada Ieda Sadala

Data: 02/09/2021

Expositores

Thalita Antony de Souza Lima - Gerente Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa

Juarez Calil Alexandre - Coordenador da Unidade Técnica do Conselho Federal de Nutricionistas – CFN

Heloisa Bade - Vice-Presidente da Federação Nacional das Associações dos Celíacos do Brasil – Fenacelbra

Eduardo Vidal - Presidente do Movimento dos Celíacos do Brasil

Acesse para mais informações:

<https://www.youtube.com/watch?v=iPtalr6dZ9A>



CDC na Imprensa

Comissão da Câmara quer regulamentar reajustes de contratos coletivos de saúde

CNN Brasil: 10/06/2021

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados vai criar um grupo de trabalho para elaborar regras específicas para contratos de planos de saúde coletivos, que representam 80% do mercado de saúde suplementar. O anúncio feito nesta quinta-feira (10) pelo presidente da comissão, Celso Russomanno (Republicanos-SP).

A ideia, segundo ele, é que o projeto defina regras específicas para os reajustes das mensalidades pagas por beneficiários de planos de saúde coletivos – contratados por empresa, conselho, sindicato ou associações. Hoje, somente os planos individuais são regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que estabelece um teto todos os anos para os reajustes dos valores.

Após as discussões, a intenção é que a comissão encaminhe um projeto de lei sobre o tema. “Já orientei os nossos consultores para que usem essa audiência pública a fim de elaborarem um projeto inicial para regular a questão dos planos coletivos, o que vai nortear o grupo de trabalho”, disse Russomanno.

Os reajustes no preço de planos de saúde coletivos chegam a ser quase o dobro dos registrados por apólices individuais, segundo pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Publicado nesta quinta-feira (10), o levantamento foi feito entre os anos de 2015 e 2020, tomando como base cinco das empresas com maior número de reclamações registradas no instituto: SulAmérica, Bradesco Saúde, Amil, Unimed Central Nacional e Unimed Rio.

Segundo o órgão de defesa do consumidor, esse ponto abre espaço para reajustes abusivos. A pesquisa mostra que, em 2020, o reajuste médio dos planos coletivos entre as empresas monitoradas foi de 11,28%.

Esse número é mais de três pontos percentuais acima do máximo estabelecido pela ANS para os planos individuais. No ano passado, o maior índice de reajuste ficou para a Unimed Rio, com alta de 14,55% no valor dos planos coletivos, mais de seis pontos percentuais acima do teto fixado pela reguladora do setor.

O Idec destaca que esse reajuste ficou 12 pontos acima do IPCA, índice que mede a inflação oficial no país. A maior discrepância entre reajustes de planos individuais e coletivos foi registrada em 2018, quando o aumento médio ficou em 17,04%, enquanto o índice máximo para os planos individuais naquele ano havia sido de 10%.

Diante desse cenário, o Idec defende que a regulação seja feita para todo o setor. O instituto ressalta ainda que compartilhou a pesquisa com as empresas citadas, mas apenas a Unimed Central Nacional respondeu.



Multa por fidelidade com operadoras poderá ser proibida

Yahoo Notícias: 25/06/2021

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (24) um projeto que proíbe a cobrança de multa por quebra de fidelidade com operadoras de TV, internet e telefone durante o período de pandemia. O Projeto de Lei 1231/20 aborda os serviços de telefonia fixa ou móvel, de TV e de internet e prevê a proibição da multa apenas quando não houver benefícios ao consumidor em troca da vinculação.

Em seu parecer, a relatora, deputada Joice Hasselmann (PSL-SP), ressaltou que “é preciso proteger o consumidor que não tem condições de arcar com o contrato, quanto mais com multas advindas de rescisões antecipadas”.

Também autor do projeto, o deputado Alexandre Frota (PSDB-SP) alega que uma das razões de sua criação é a alteração na forma de fazer negócios por conta da Covid-19. “O coronavírus vai alterar a forma como países e empresas fazem negócios. No Brasil, não será diferente, e preocupa a quantidade de pessoas à míngua e obrigadas a cortar despesas supérfluas”, afirmou.

Tramitando em caráter conclusivo, o projeto será analisado ainda pelas comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Após lucro de 50% na pandemia, planos de saúde coletivos sobem 16%

Folha de São Paulo: 28/06/2021

Usuários de planos de saúde coletivos por adesão começaram a receber seus boletos com reajuste anual em torno de 16%. Muitos são clientes da Qualicorp, uma das principais administradoras de benefícios no país e que tem como parceiras 102 operadoras de saúde, e já buscam escritórios de advocacia e associações de defesa do consumidor para questionar o aumento na Justiça.

Além de ser o dobro da inflação do período (o acumulado em 12 meses é de 8,06%, segundo o IBGE), a cobrança deste ano ocorre em um momento em que se espera um reajuste dos planos individuais próximo a zero, ou até negativo, devido à queda nos custos do setor em 2020, provocada pela redução de cirurgias, consultas, exames e outros procedimentos eletivos durante a pandemia.

O índice de aumento dos planos individuais, que representam cerca de 20% do total de usuários de planos de saúde, é calculado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). O valor deste ano ainda não foi divulgado. Já os planos coletivos (empresariais e por adesão), que somam 80% dos usuários, não são regulados pela agência. A negociação é direta entre operadoras, empresas e entidades de classe. O reajuste leva em conta critérios contratuais, além do índice de sinistralidade e de variação do custo médico hospitalar.

O reajuste cobrado pela Qualicorp para a Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, por exemplo, é de 15,9%. Outras entidades de classe tiveram aumentos semelhantes e seus usuários já buscam advogados para questioná-los judicialmente. É o caso de Ivana, 59. Até o final do ano passado, ela pagava R\$ 2.200 pelo plano. No início de 2021, ele sofreu um acréscimo de R\$ 500 para compensar o congelamento do reajuste imposto pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) em 2020 devido à pandemia.

Em fevereiro, quando Ivana completou 59 anos, recebeu de presente o reajuste por idade, de 85%. O boleto saltou para R\$ 5.000. Agora, com o aumento aplicado pela operadora via Qualicorp, de 15,9%, o valor chegará a R\$ 5.700. “É muita angústia. Ou eu me mantenho ou mantenho o plano. Estou usando minhas reservas, minha poupança. Não era para acontecer isso nesse momento da vida e em plena pandemia”, diz Ivana, que prefere não se identificar porque o processo judicial contra a operadora está em curso.

Em nota, a Qualicorp diz que o reajuste anual é definido pela operadora de planos de saúde. “Na função de administradora de benefícios, a empresa busca negociar a aplicação do menor índice de reajuste possível”, diz. E

acrescenta. “Além disso, oferece diversas alternativas de planos de saúde em mais de cem operadoras para que seus clientes possam manter o acesso à assistência médica privada de qualidade.”

Todos os anos, o aumento dos planos coletivos gera embate por ser bem acima dos planos individuais. Em 2020, por exemplo, foi de 11,28%, mais de três pontos percentuais acima do aplicado aos individuais pela ANS, segundo pesquisa do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor).

Neste ano, os debates estão ainda mais inflamados porque o setor goza de uma boa saúde financeira, com a queda de consultas, cirurgias e outros procedimentos eletivos, durante a pandemia.

O lucro líquido dos planos de saúde cresceu 49,5% em 2020, com uma receita de R\$ 217 bilhões, segundo dados da ANS. O mercado encerrou o ano com 47,6 milhões de usuários, com uma alta de 650 mil novos beneficiários. “Teve redução nos atendimentos não-Covid, mas isso não se reflete em um reajuste menor para o consumidor. Há índices até mais altos do que o do ano passado”, diz o advogado Rafael Robba, especialista em direito à saúde do escritório Vilhena Silva Advogados.

Segundo Marcus Pestana, assessor especial da presidência da Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), essa sobra de dinheiro no caixa das operadoras é ilusório. “As pessoas falam: ‘Pô! Um setor que fatura R\$ 200 bilhões por ano!’ Mas é um caixa gerado artificialmente. As pessoas não deixam de precisar da consulta e da cirurgia, elas só adiam.”

Vera Valente, diretora-executiva da Fenasaúde, concorda. Ela diz que neste ano o setor vive uma “tempestade perfeita”, que vai se refletir em reajustes ainda maiores em 2022. “Os custos Covid estão explodindo nesta segunda onda da pandemia, as internações estão mais longas. Ao mesmo tempo, as [cirurgias] eletivas, adiadas em 2020, voltaram para valer a níveis maiores do que antes da pandemia.”

De acordo com o último boletim da ANS, nos primeiros meses de 2021 não houve um aumento de utilização de serviços de saúde no comparativo com 2019 (pré-pandemia). “Os números seguem no mesmo patamar (no caso de exames e terapias eletivas) ou em patamar inferior (no caso de internações e atendimentos em pronto-socorro)”, diz a publicação.

Valente afirma que os reajustes aplicados pelas operadoras associadas à Fenasaúde neste ano serão os mais baixos desde 2013 porque refletem a queda da sinistralidade de 2020. Mas ainda não há definição de qual será o reajuste médio. Na opinião de Robba, os aumentos são abusivos e frutos da pouca transparência sobre a composição do índice de reajuste das operadoras. “Para o consumidor, é uma caixa preta. Difícilmente ele consegue saber se de fato o alto reajuste era realmente necessário”, diz.

Muitas vezes, o consumidor só consegue revisar o reajuste por meio de uma ação judicial. O Judiciário costuma entender que o aumento é abusivo e determina que o índice seja o mesmo que a ANS autoriza para os planos individuais. Segundo Matheus Zuliane Falcão, analista do Idec, a ANS poderia e deveria mudar a regulação dos coletivos porque a premissa de que há um poder de barganha entre pessoas jurídicas, ou seja, entre as operadoras e os contratantes do plano, é equivocada. “Esse poder de negociação não existe”.

A ANS diz que monitora os reajustes que são efetuados e atualmente trabalha para divulgar essas informações de modo mais eficiente e detalhado. Diante dos aumentos, uma opção dos usuários tem sido a migração para convênios mais baratos. Nos primeiros quatro meses deste ano, houve um aumento de 50% de consultas na ANS sobre a portabilidade de carência. De janeiro a abril deste ano, foram gerados 122.678 protocolos de consultas, quase 40 mil a mais que os gerados no mesmo período em 2020 (83.081).

Para Robba, idosos e pessoas em tratamento enfrentam dificuldade para fazer a portabilidade e muitas vezes ficam amarrados ao plano que não conseguem mais pagar. O tema do reajuste dos planos coletivos chegou à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que vai elaborar um projeto de lei para regular o tema. A ideia é que o projeto defina regras específicas para os reajustes dos coletivos, a exemplo do que existe para os planos individuais. Para Vera Valente, da FenaSaúde, a atual fórmula da ANS para o cálculo dos planos individuais deixa as empresas numa situação de risco porque os reajustes ficam abaixo da inflação médica.

Segundo ela, 85% das receitas das operadoras são repassados para os prestadores de serviço, como os hospitais, e pede cautela na adoção de medidas de regulação mais restritiva. Valente diz que a maioria das operadoras (56%) são de pequeno porte e que 80% estão no interior do Brasil. Na sua opinião, essas serão as primeiras a serem impactadas com uma eventual mudança no modelo de reajustes. Pestana, da Abrange, lembra que a margem de rentabilidade das operadoras é menor do que 5% e só a última incorporação de 68 novos procedimentos e tecnologias autorizadas pela ANS em abril deve trazer um impacto de custos de até 3%.

O imposto é o vilão? Câmara discute a alta no preço dos combustíveis

Exame: 21/10/2021

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados discute, nesta quinta-feira, 21, a partir das 9 horas, a alta no preço dos combustíveis. Participam do debate representantes do Ministério da Economia e da Petrobras. O objetivo é tentar pensar em alternativas para fazer o valor diminuir, e entender qual o impacto dos impostos no preço cobrado nas bombas. De janeiro a setembro deste ano, os preços de revenda registraram aumentos, em média, de 28% no diesel, 32% na gasolina e 27% no GLP (gás de cozinha), segundo o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep).

A perspectiva é de manutenção dessa tendência de alta devido às flutuações no preço internacional do barril de petróleo. O deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que propôs a realização da audiência, lembra que esses aumentos são incorporados nos preços de todos os produtos. “Muito se tem discutido sobre de quem seria a culpa deste aumento, mas uma coisa é fato, o custo tributário é uma fatia importante da composição do preço que chega ao consumidor final”, afirma o parlamentar. Carreras quer que o Ministério da Economia explique que medidas podem ser adotadas para a mitigação desse custo. Representando a pasta estará Bruno Negris, diretor de programa na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento, do Ministério da Economia, e Conselho Nacional de Política Fazendária. Também estará presente Sandro Paes Barreto, gerente-geral de comercialização no mercado interno da Petrobras; Bruno Conde Casell, superintendente de defesa da concorrência, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; além de Evandro Gussi, da União das Indústrias de Cana-de-açúcar.

Na semana passada, a Câmara aprovou o projeto que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre combustíveis. O texto obriga estados e Distrito Federal a especificar a alíquota para cada produto por unidade de medida adotada, que pode ser litro, quilo ou volume, e não mais sobre o valor da mercadoria. A proposta chegou esta semana ao Senado e ainda depende de votação. Governadores se mobilizam para alterar o texto. O argumento é de que a mudança vai impactar em perda de arrecadação e afetar o caixa dos estados.

Petrobras diz que não sabe quando vai estabilizar o preço dos combustíveis

Portal iG: 21/10/2021

O gerente-geral de Comercialização no Mercado Interno da Petrobras, Sandro Barreto, disse nesta quinta-feira (21) aos integrantes da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados que ainda não há perspectiva para a estabilização dos preços dos combustíveis.

Ele explicou que existem pressões de aumento de consumo com o inverno no Hemisfério Norte e com a aceleração da produção global a partir da melhoria dos números da pandemia de Covid-19. O técnico informou que os países produtores de petróleo vêm aumentando a produção de derivados, mas não há como saber se o ponto de equilíbrio entre oferta e demanda está próximo.

Por sua vez, o coordenador de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Bruno Caselli, afirmou que a alta de 28,2% do etanol nos últimos seis meses está relacionada a opções das usinas sobre fabricar álcool ou açúcar, porém também reflete a alta mundial de todos os produtos ligados ao setor de energia. No mesmo período, a gasolina subiu 16,5%.

Já para o presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), ainda falta concorrência no setor de etanol. Ele pediu que os técnicos informem com mais detalhes se já está sendo praticada a venda direta das usinas para os postos nesse segmento. Sandro Barreto disse que, do preço médio da gasolina, de R\$ 6,32, apenas R\$ 2,18 são devidos à Petrobras. Os impostos estaduais e federais ficam com R\$ 2,40; os distribuidores e revendedores, com R\$ 0,69; e o anidro, com R\$ 1,06.

Ele voltou a afirmar que a estatal tem preços livres, que seguem a flutuação internacional. “O mercado de commodities é extremamente volátil, nervoso. Taxa de câmbio também tem uma variação bastante intensa, às vezes de um dia para o outro. E o que a Petrobras busca na sua política de preços é justamente evitar o repasse dessa volatilidade imediata para a sua precificação no mercado brasileiro”, declarou Barreto.

Na opinião do coordenador-geral de Estudos e Monitoramento de Mercado Substituto da Secretaria Nacional do Consumidor, Paulo Nei, é preciso discutir mais os pontos de concentração de mercado no setor de combustíveis. “O preço aumenta na Petrobras e rapidamente chega ao consumidor, por outro lado, quando diminui, sem sempre o cliente sente essa redução. Existem elos nessa cadeia produtiva que ainda são muito concentrados, e isso precisa ser debatido também”.

O diretor de Programa na Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Negris, lembrou que o governo tem avaliado com os estados a possibilidade de cobrar o ICMS de maneira que o tributo não aumente com a elevação do preço da gasolina nas refinarias.

No último dia 13, a Câmara dos Deputados aprovou projeto (PLP 11/20) que estabelece um valor fixo para a cobrança de ICMS sobre os combustíveis. A proposta ainda aguarda análise do Senado.



Imóvel na planta: o que acontece se a construtora falir antes de entregar o prometido?

Jornal de Brasília: 05/11/2021

O sonho da compra da casa própria ainda continua no topo de desejos dos brasileiros. Uma forma de realizar esse sonho é indo com a busca por imóveis na planta, que costumam trazer algumas vantagens como preços mais baratos do que um imóvel já pronto. Mas um fator pouco observado por compradores é a garantia de receber o imóvel prometido, e já com algumas parcelas pagas, se a construtora falir. O sonho pode virar um pesadelo nessas situações. Isso ocorre porque, atualmente, quando uma construtora fali e não entrega o imóvel conforme contratado, o ônus das dívidas da empresa de imóveis pode parar com o consumidor.

Para mudar esse cenário, a Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1139/19, que revoga o prazo de um ano para que compradores de imóveis na planta quitem dívidas de construtora falida. Especialistas do direito imobiliário avaliam a revogação do prazo que está previsto no artigo 9º da Lei 10.931/04, que trata do regime de afetação.

O patrimônio de afetação é a separação dos patrimônios do administrador para uma atividade de incorporação imobiliária, com o objetivo de assegurar a continuidade e entrega final das unidades autônomas dos adquirentes. A lei foi instituída em 2004, em decorrência dos problemas ocorridos com a falência da Encol – uma das maiores empresas brasileiras de construção civil e que de forma sucessiva lançava inúmeros empreendimentos.

O objetivo do artigo 9º da Lei 10.931/04 é de que o terreno e tudo que for construído sobre o espaço fiquem separados do patrimônio integral do incorporador, o que possibilita livrar o bem de uma ação falimentar. Logo, o empreendimento pertence aos adquirentes e, no caso de falência do incorporador, os compradores podem dar continuidade ao empreendimento.

A advogada de direito imobiliário sócia do Osório Batista Advogados, Ana Carolina Osório, explica a necessidade da lei para segurança jurídica dos compradores e credores. “O patrimônio de afetação traz uma segurança jurídica muito grande para os adquirentes, porque traz essa possibilidade de dar continuidade à construção do empreendimento. Depois que se faz a decretação de falência, os compradores devem convocar uma assembleia para deliberar sobre a continuidade da obra ou liquidação do ativo”, diz a advogada.

Porém, a lei prevê que a continuidade da obra apenas aconteça caso sejam pagos os débitos tributários, previdenciários e trabalhistas constituídos até a data da decretação da falência ou insolvência do incorporador, recaindo o ônus do pagamento destes débitos aos adquirentes no prazo de um ano ou até a data da concessão do

Relatório anual - 2021

habite-se. Para a especialista em direito imobiliário Jéssica Wiedtheuper, advogada associada do escritório Mota Kalume Advogados, o Projeto de Lei 1139/19 está correto, pois a determinação de um ano para quitar as dívidas afasta o adquirente do próprio regime de afetação.

“Pode se afirmar que o projeto de lei 1139/19 é acertado, na medida em que o artigo 9º que o Poder Legislativo pretende revogar é dissonante da própria Lei 10.391/04 que o instituiu, pois opõe-se substancialmente à finalidade do regime de afetação, visto que ele não só rompe com a incomunicabilidade dos bens destinados ao empreendimento, como também transfere o ônus de eventual falência do incorporador aos adquirentes”, ressalta Jéssica.



Ao Procon, Itapemirim diz que projeta retomar atividades em 17 de fevereiro

Folha de São Paulo: 22/12/2021

A Itapemirim informou ao Procon-SP (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo) que tem projetado retomar as atividades no dia 17 de fevereiro de 2022.

Na última sexta-feira (17), a empresa anunciou a "suspensão temporária" do serviço aéreo. A informação pegou mais de 100 mil passageiros de surpresa na reta final do ano e gerou protestos ao longo do fim de semana nos aeroportos.

Por isso, o Procon tem pressionado a empresa a fazer a devolução imediata dos valores aos passageiros prejudicados ou a realocação de suas viagens em outras companhias aéreas. "O Procon fica frustrado, porque a informação mais importante acabou sendo evasiva.

A empresa disse que prestará apoio a todos os passageiros e reembolsará desde que acessem seus canais oficiais, mas o Procon quer o reembolso imediato. Qualquer resposta que não seja a devolução imediata ou a realocação em outra companhia aérea é uma resposta evasiva", justifica o diretor-executivo do Procon-SP, Fernando Capez.

Segundo ele, o órgão também vai apurar o valor de R\$ 70 milhões que teriam sido retirados do processo de recuperação judicial do grupo Ita para abertura da empresa aérea.

Hoje, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente, Sidnei Piva, falou que as atividades retornariam "em breve". "Suspensão não é cancelado. Quando voltarmos, teremos de preencher todos os questionários da Anac, mas a Itapemirim deverá estar apta para voltar em breve", disse.

A Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados enviou um questionamento à Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) para que o órgão explique sua atuação no caso da suspensão de voos da Itapemirim.

Segundo informações do jornal Valor Econômico, o deputado Celso Russomano (Republicanos-SP), presidente da comissão, disse no ofício que a empresa deveria ter apresentado "capital suficiente para fazer frente aos custos já gerados ou a serem gerados" na operação dos serviços.

Russomano ainda pede que a Anac explique procedimentos como a emissão do Certificado de Operador Aéreo (COA) para a ITA, em maio, e a suspensão dos voos da companhia.

Relatorias

Relator: André Ferreira

PL 1087/2019 AMARO NETO - Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.

Data de designação: 16/04/2021

PL 1138/2020 SHÉRIDAN - Determina que, na ocorrência de calamidade pública ou situação emergencial que exija medidas de isolamento social, sejam elevados em cinquenta por cento os patamares de consumo que definem as faixas de desconto referentes às tarifas sociais de energia elétrica e de abastecimento de água aplicáveis às unidades consumidoras residenciais de baixa renda.

Data de designação: 25/08/2021

Relator: Aureo Ribeiro

PL 7931/2017 MÁRCIO MARINHO - Dispõe sobre o pagamento opcional de couvert artístico em bares e restaurantes.

Data de designação: 04/08/2021

PL 5252/2019 EDNA HENRIQUE - Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que "Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências".

Data de designação: 16/04/2021

PFC 170/2018 CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, para verificar, junto ao CADE, os efeitos da fusão entre Cetip e BM&FBovespa, que resultou na criação da B3, o potencial impacto concorrencial na gestão do portal Tesouro Direto e, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, a precariedade do contrato firmado pela União, por intermédio da STN, com B3 para que esta administre o Tesouro Direto e possibilidade de que as taxas de administração do Tesouro Direto cobradas pela B3 sejam consideradas abusivas ao consumidor brasileiro.

Data de designação: 17/03/2021

Relatório anual - 2021

PL 4831/2019 CHICO D'ANGELO - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que "institui normas básicas sobre alimentos", para obrigar que a embalagem de alimento in natura ou fracionado seja feita de material transparente.

Data de designação: 04/08/2021

PL 4586/2020 DENIS BEZERRA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para tornar prática abusiva a cobrança pela perda de tíquete de estacionamento ou comandas em restaurantes, bares, hotéis ou estabelecimentos similares.

Data de designação: 08/04/2021

Relator: Bozella

PLP 171/2020 RUBENS BUENO - Dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação aos beneficiários de informações constantes das apólices de seguro de vida, de acidentes pessoais e das operações de capitalização, cria um registro central para controle de tais informações, e dá outras providências.

Data de designação: 17/03/2021

PL 3985/2020 GREYCE ELIAS - Regulamenta o cancelamento dos contratos de prestação de serviços das academias de ginástica, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19).

Data de designação: 25/03/2021

PL 1517/2021 BIRA DO PINDARÉ - Altera a Lei nº 9.472, de 1997, para instituir o direito à portabilidade de contratos aos usuários de telecomunicações

Data de designação: 27/05/2021

PL 4843/2019 JOSÉ MEDEIROS - Dispõe sobre simplificação e facilitação do acesso a serviços públicos e sobre a sistemática recursal administrativa.

Data de designação: 27/05/2021

PL 1087/2020 PAULO PIMENTA - "Altera o disposto na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando o inciso IV, §2º do Art. 3º, e assim, ficando impedida a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante

todo o período do reconhecimento de estado de calamidade pública em razão dos efeitos da pandemia de coronavírus."

Data de designação: 06/05/2021

PL 3172/2019 CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.

Data de designação: 27/05/2021

Relator: Carlos Sampaio

PL 543/2021 MÁRIO HERINGER - Altera da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para definir como prática abusiva a venda de produto ou serviço sem a devida informação; para determinar que os órgãos privados de defesa do consumidor permitam o registro de reclamação em meio digital; e para dar competência ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor para apoiar, inclusive com recursos financeiros, a modernização dos órgãos de defesa do consumidor estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Data de designação: 27/04/2021

PL 2483/2019 MARIANA CARVALHO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de vencimento para realização de compra em sites de compras coletivas.

Data de designação: 16/04/2021

PL 1008/2020 TÚLIO GADÊLHA - Dispõe sobre o controle do Estado no combate à manipulação e ao abuso de preços em casos de decretação de Pandemia ou Estado de Calamidade Pública.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 14/2019 CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização na Agência Nacional de Energia Elétrica para verificar a adequação dos critérios utilizados pela Aneel para fixar os parâmetros regulatórios mínimos a serem exigidos das distribuidoras de energia elétrica e a efetividade da regulação na melhoria dos indicadores correspondentes; o cumprimento das metas de investimento pelas concessionárias; bem como a adequação dos critérios de reajuste das tarifas de energia elétrica.

Data de designação: 17/03/2021

Relatório anual - 2021

PL 2243/2019 EDNA HENRIQUE - Veda o envio de boleto de proposta decorrente de oferta de produto ou serviço sem a solicitação prévia do consumidor.

Data de designação: 25/03/2021

Relatora: Celina Leão

PL 4096/2019 JUNINHO DO PNEU - Obriga as empresas comunicarem sobre o fim das promoções vigentes nos contratos.

Data de designação: 27/05/2021

PL 3500/2019 ALTINEU CÔRTEZ - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para vedar a cobrança de juros e demais encargos em dívidas inscritas em Sistemas de Proteção ao Crédito.

Data de designação: 25/03/2021

PL 1463/2021 LEONARDO GADELHA - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais de atacado que atendam no varejo a manterem seus estoques em local distinto do atendimento ao público.

Data de designação: 27/05/2021

PL 1264/2021 CARLOS BEZERRA - Acrescenta o inciso XVII ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir no rol de práticas consideradas abusivas a restrição da responsabilidade de instituição financeira pelos danos decorrentes de roubo, furto ou extravio de bem entregue em garantia no âmbito de contrato de penhor civil.

Data de designação: 27/05/2021

PL 5361/2020 JUNINHO DO PNEU - Dispõe sobre a distância mínima, nas salas de projeção cinematográfica, entre a tela de projeção e a primeira fileira de poltronas.

Data de designação: 16/04/2021

PL 613/2020 LUCIANO DUCCI - Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro 1986, a Lei 11.771, de 17 setembro 2008, e dá outras providências.

Data de designação: 27/05/2021

Relatório anual - 2021

PL 400/2020 EDNA HENRIQUE - Dispõe sobre a obrigatoriedade do cancelamento da multa de fidelidade inserida no contrato firmado com consumidor dos serviços de telefonia fixa e móvel, quando esse perder o vínculo empregatício após a adesão ao respectivo contrato.

Data de designação: 17/03/2021

Relator: Célio Moura

PL 6280/2019 FLAVIANO MELO - Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.

Data de designação: 27/04/2021

Relator: Celso Russomanno

PL 491/2015 JORGE SOLLA - Acresce o art. 8º-A à Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências", estabelecendo a dispensação fracionada de medicamentos.

Data de designação: 04/08/2021

PL 3154/2015 CLEBER VERDE - DISPÕE SOBRE VIGILANTES NAS ÁREAS DE ESTACIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS.

Data de designação: 18/11/2021

PL 1953/2019 HELIO LOPES - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para exigir a informação, nos documentos fiscais ou equivalentes, de todos os tributos federais, estaduais e municipais incluídos nos preços de venda das mercadorias e serviços.

Data de designação: 18/08/2021

PL 1318/2019 JOSÉ NELTO - Dispõe sobre a utilização e a validade de pontos acumulados em programas de fidelidade instituídos por fornecedores de produtos ou serviços.

Data de designação: 01/07/2021

Relatório anual - 2021

PL 371/2021 FÁBIO TRAD - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 15/12/2021

PL 362/2015 JORGE SOLLA - Estabelece o Código Nacional de Direitos dos Usuários das Ações e dos Serviços de Saúde e dá outras providências.

Data de designação: 19/05/2021

PL 426/2019 RUBENS BUENO - Acrescenta o §2º ao art. 57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que o número de lote e as datas de fabricação e validade dos medicamentos devem ser impressas nos rótulos e embalagens primárias e secundárias de forma visível, ostensiva e acessível para o consumidor.

Data de designação: 17/03/2021

PL 4043/2019 ALEXIS FONTEYNE - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para facultar aos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços a forma de disponibilização de versão atualizada do Código de Defesa do Consumidor ao consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 04/08/2021

PFC 146/2017 EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre o valor pago a mais pelos consumidores brasileiros, nas tarifas de energia, com a implementação da bandeira vermelha pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Data de designação: 17/03/2021

PL 440/2019 RUBENS BUENO - Acrescenta o art. 37-A à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para exigir a presença de quantidades mínimas de matérias-primas extraídas da flora brasileira nos produtos industrializados para que os respectivos rótulos e embalagens possam mencionar a origem natural do produto.

Data de designação: 08/04/2021

PL 2766/2021 MARCO BERTAIOLLI - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e dá outras providências.

Data de designação: 17/11/2021

Relatório anual - 2021

PFC 183/2018 IVAN VALENTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, no âmbito da competência prevista no art.32, V, "a" e "b", do RICD, realize ato de fiscalização e controle visando verificar irregularidades sobre: a) o aumento de preços da Petrobrás para os combustíveis, no período de abril de 2016 até 1º de junho de 2018; b) o ato de redução do uso da capacidade das refinarias nacionais empreendida pela Petrobras, seus impactos para a empresa e para o mercado interno de combustíveis; e c) eventual benefício obtido por empresas estrangeiras em razão das medidas mencionadas, violando os direitos dos consumidores e impactando a economia popular.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 160/2017 RODRIGO MARTINS - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para juntamente com o Tribunal de Contas da União - TCU, realize auditoria na Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, sobre a aplicação e quitação das multas aplicadas pela autarquia às empresas sob sua área de atuação.

Data de designação: 19/05/2021

PL 2489/2021 GREYCE ELIAS - Altera o Código de Defesa do Consumidor para prever a facilitação da defesa do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, na esfera administrativa

Data de designação: 04/08/2021

PL 2982/2021 ALEXANDRE FROTA - Estabelece regras para as instituições financeiras para crimes de extorsão.

Data de designação: 18/11/2021

PL 3156/2021 JOSÉ NELTO - Dispõe sobre a prevenção e combate ao Superendividamento do Consumidor e dá outras providências.

Data de designação: 18/11/2021

PL 1267/2021 CARLOS BEZERRA - Acrescenta parágrafo ao art. 28 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Data de designação: 27/05/2021

PL 1399/2021 CARLOS CHIODINI - Dispõe sobre a inscrição obrigatória, em plataforma eletrônica mantida pela Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, por parte de pessoas jurídicas que atuem como fornecedores de produtos e serviços.

Data de designação: 27/05/2021

PL 1462/2021 LEONARDO GADELHA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de registro fotográfico da leitura da medição da unidade consumidora de energia elétrica.

Data de designação: 27/05/2021

PL 895/2021 EDUARDO BISMARCK - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estabelecer medidas para a proteção do consumidor em situação de vulnerabilidade.

Data de designação: 27/05/2021

PL 897/2021 CHRISTINO AUREO - Implanta o Código Verificador de Segurança - CVS, no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e dá outras providências.

Data de designação: 19/05/2021

PL 1149/2021 CHRISTINO AUREO - Alterar a Lei 13.140 de 26 de junho de 2015, e a Lei 13.848 de 25 de junho de 2019 para criar o Programa de Câmaras de Conciliação e Mediação — Conciliar, para auxiliar na solução de controvérsias decorrentes de relação de consumo.

Data de designação: 23/06/2021

PL 738/2020 GIL CUTRIM - Acrescenta dispositivo aos arts. 56 e 76 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código do Consumidor) para alterar a sanção aplicada às infrações das normas de defesa do consumidor e incluir os casos de epidemia, pandemia e calamidade pública.

Data de designação: 25/03/2021

PL 2710/2020 DOMINGOS SÁVIO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da aceitação do Real por meio eletrônico, seja pela utilização de instrumentos de pagamento, ou de transferência bancária em qualquer de suas modalidades.

Data de designação: 25/03/2021

PL 5210/2020 RAFAEL MOTTA - Inclui o § 2º ao artigo 2º da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para estabelecer o significado da expressão "preço à vista".

Data de designação: 16/04/2021

Relatório anual - 2021

PL 395/2021 CARLOS BEZERRA - Altera a Lei no 8.137, de 27 de dezembro de 1990, para estabelecer que o crime de vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo é formal e de perigo abstrato.

Data de designação: 27/04/2021

PL 466/2021 JOSÉ NELTO - Proíbe ao Estado o estabelecimento de preço máximo para revenda de produtos ao mercado de consumo, salvo se houver justificativa de interesse público.

Data de designação: 27/04/2021

PL 494/2021 CARLOS CHIODINI - Acrescenta o inciso XV ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para vedar ao fornecedor de produtos ou serviços a adoção de ferramentas de precificação dinâmica.

Data de designação: 27/04/2021

PL 3999/2020 HUGO LEAL - Dispõe sobre o despejo extrajudicial e a consignação extrajudicial de chaves, e para tanto altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes, e dá outras providências.

Data de designação: 08/04/2021

PL 2524/2019 LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA - Altera a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para vedar que instituições financeiras controlem, direta ou indiretamente, gestores de bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas.

Data de designação: 16/04/2021

PL 107/2020 OTONI DE PAULA - Dispõe sobre a emissão virtual de cartão de crédito adicional para utilização exclusiva em transações realizadas no comércio eletrônico.

Data de designação: 17/03/2021

PL 543/2021 MÁRIO HERINGER - Altera da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para definir como prática abusiva a venda de produto ou serviço sem a devida informação; para determinar que os órgãos privados de defesa do consumidor permitam o registro de

Relatório anual - 2021

reclamação em meio digital; e para dar competência ao Departamento Nacional de Defesa do Consumidor para apoiar, inclusive com recursos financeiros, a modernização dos órgãos de defesa do consumidor estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências.

Data de designação: 27/05/2021

PL 697/2020 PATRICIA FERRAZ - Dispõe sobre a limitação da quantidade de produtos e equipamentos de proteção individual e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus que podem ser adquiridos individualmente.

Data de designação: 19/05/2021

PFC 13/2019 FELIPE CARRERAS - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para, juntamente com o Tribunal de Contas da União - TCU, promover auditoria na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, sobre a aplicação e quitação das multas aplicadas pela autarquia às empresas sob sua área de atuação.

Data de designação: 08/04/2021

PL 1865/2020 DENIS BEZERRA - Suspende o decurso dos prazos de garantia previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, durante o período de restrição das atividades de atendimento ao consumidor, em decorrência da emergência de saúde pública de importância internacional causada pelo surto do Covid-19.

Data de designação: 19/05/2021

Relator: Daniel Trzeciak

PL 1087/2020 PAULO PIMENTA - "Altera o disposto na Lei 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, acrescentando o inciso IV, §2º do Art. 3º, e assim, ficando impedida a majoração, sem justa causa, do preço de produtos ou serviços, durante todo o período do reconhecimento de estado de calamidade pública em razão dos efeitos da pandemia de coronavírus".

Data de designação: 08/04/2021

PL 4056/2021 HELIO LOPES - Altera a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, para vedar que administradoras de consórcios anunciem a potenciais consorciados a contemplação automática imediatamente após a assinatura de contrato de consórcio.

Data de designação: 15/12/2021

Relatório anual - 2021

PL 2966/2020 ENÉIAS REIS - Institui normas sobre a permuta digital.

Data de designação: 08/04/2021

Relator: Darci de Matos

PL 4417/2020 GLAUSTIN DA FOKUS - Estabelece a obrigação de restituição aos segurados, de parte dos prêmios de seguros pagos às Sociedades Seguradoras, em virtude da pandemia do Coronavírus - Covid-19.

Data de designação: 25/03/2021

PL 6457/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga a disponibilização gratuita de lupas de aumento para utilização pelos consumidores nos estabelecimentos comerciais que especifica.

Data de designação: 16/04/2021

Relator: Efraim Filho

PL 1667/2019 LAFAYETTE DE ANDRADA - Acrescenta dispositivo à Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, para obrigar as prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado a fornecerem ao cliente a opção de contratação dos canais de programação de forma avulsa, de forma a constituir seu pacote individualizado, com a devida modicidade de preços.

Data de designação: 25/03/2021

PL 8339/2017 MARIANA CARVALHO - Altera a redação do art. 30 da Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, para determinar que o consorciado excluído não contemplado receba a importância paga ao fundo comum do grupo em até 30 (trinta) dias, contados da manifestação formal de sua intenção de ser excluído dele.

Data de designação: 25/03/2021

PL 2093/2003 JÚLIO DELGADO - Dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Data de designação: 25/03/2021

PL 415/2015 RUBENS BUENO - Acresce parágrafos ao art. 43 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, que "Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias" para dispor sobre a mora do incorporador na entrega de unidade imobiliária autônoma ao proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário dos direitos aquisitivos sobre o aludido imóvel.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 39/2019 AUREO RIBEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle na Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) a fim de apurar as atitudes concretas que estão sendo tomadas para o equacionamento do déficit atuarial dos seus planos de previdência complementar

Data de designação: 25/03/2021

PL 5230/2016 FLÁVIA MORAIS - Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que "Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos - CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências", para incluir em suas disposições as fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e as fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 48/2019 AUREO RIBEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize atos de fiscalização e controle de práticas suspeitas que vêm ocorrendo no grupo Cogna Educação (antiga empresa Kroton).

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Eli Borges

PL 2537/2019 JUNINHO DO PNEU - Obriga o aviso sobre o reconhecimento facial em estabelecimentos comerciais.

Data de designação: 25/03/2021

PL 4365/2019 EDNA HENRIQUE - Obriga o fornecedor que ofereça serviço de entrega de refeições em domicílio a informar aos consumidores os respectivos preços cobrados nos estabelecimentos físicos.

Data de designação: 25/03/2021

PL 6456/2019 EDNA HENRIQUE - Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos.

Data de designação: 27/05/2021

Relatório anual - 2021

PL 4579/2019 LÉO MORAES - Estabelece que a taxa de juros cobrada no cheque especial não pode superar a taxa cobrada em operações de crédito pessoal sem garantia.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 49/2019 FELIPE CARRERAS - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize Proposta de Fiscalização e Controle - PFC para, juntamente com o Tribunal de Contas da União - TCU, promover fiscalização operacional na Secretária Especial da Cultura do Ministério do Turismo, sobre recursos arrecadados pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD e sua distribuição.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Eli Corrêa Filho

PL 4544/2020 PAULA BELMONTE - Veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito.

Data de designação: 25/03/2021

PL 1181/2020 AJ ALBUQUERQUE - Proíbe por 12 (doze) meses as instituições financeiras e de proteção ao crédito de negativar pessoa física e jurídica inadimplente com o pagamento de obrigação contratual vencida no período de calamidade pública decretada no Brasil em decorrência da pandemia COVID-19, e dá outras providências.

Data de designação: 25/03/2021

PL 4068/2021 CARLOS BEZERRA - Proíbe a utilização de papel reciclado na fabricação de embalagem de produtos alimentícios.

Data de designação: 15/12/2021

PL 1157/2020 DANILO CABRAL - Estabelece a suspensão da cobrança de dívidas financeiras, assim como a incidência de juros, multas e demais taxas, por parte de instituições financeiras de qualquer natureza, sobre pessoa física, durante a vigência de estado de calamidade pública.

Data de designação: 08/04/2021

Relator: Fábio Ramalho

Relatório anual - 2021

PFC 16/2019 WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle referente ao processo de reajuste tarifário da Cemig no ano de 2019, que resultou em mais um aumento para os consumidores em índices acima da inflação, bem como referente aos investimentos que a empresa diz ter realizado.

Data de designação: 19/05/2021

PL 1043/2019 DAVID SOARES - Dispõe sobre a abertura de agências bancárias aos sábados e domingos.

Data de designação: 17/03/2021

PL 5128/2013 DIMAS FABIANO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, determinando que as ligações telefônicas locais e interurbanas sejam cobradas por chamada.

Data de designação: 16/04/2021

PL 5159/2016 LINCOLN PORTELA - Acrescenta parágrafo único ao art. 70 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar os estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária a afixarem, em local visível ao público, o número telefônico da autoridade sanitária.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Felipe Carreras

PL 5633/2020 JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO - Altera a Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), proibindo hotéis, pousadas e outros estabelecimentos de dormitório a cobrar antecipado valor das diárias e taxas de hospedagem.

Data de designação: 27/04/2021

PL 1542/2020 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”, para vedar reajustes de preços de medicamentos e de contraprestações pecuniárias de planos privados de assistência à saúde pelos prazos que especifica.

Data de designação: 25/03/2021

Relatório anual - 2021

PFC 19/2021 EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle com vistas a detalhar e justificar o reajuste tarifário concedido pela ANEEL à CELPE.

Data de designação: 19/05/2021

PFC 37/2021 EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle com vistas a detalhar e justificar a aprovação de reajuste nos valores cobrados no Sistema de Bandeiras Tarifárias pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2021.

Data de designação: 18/08/2021

PFC 72/2021 JÚLIO DELGADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de Fiscalização e Controle no processo de Leilão de radiofrequências realizado pelo Ministério das Comunicações e Agência Nacional de Telecomunicações do denominado 5G.

Data de designação: 06/12/2021

PL 1517/2021 BIRA DO PINDARÉ - Altera a Lei nº 9.472, de 1997, para instituir o direito à portabilidade de contratos aos usuários de telecomunicações

Data de designação: 23/06/2021

PL 1691/2019 JÉSSICA SALES - Dá nova redação ao artigo 23 da lei 10.741, de 01 de outubro de 2003, incluindo o parágrafo único ao referido artigo, para prever a necessidade das salas de cinema, cineclubes, teatros, espetáculos musicais, circenses, e eventos educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em destinarem, pelo menos, 3% (três por cento) da sua carga de ingressos para o acesso gratuito do idoso com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Data de designação: 25/10/2021

PL 7851/2017 ANDRÉ FIGUEIREDO - Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, dispondo sobre contratação e cobrança de Serviços de Valor Adicionado.

Data de designação: 15/12/2021

PL 3215/2019 EDNA HENRIQUE - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cumprimento do horário de início de shows, espetáculos e apresentações públicas em que haja cobrança de ingresso ao público, e dá outras providências.

Data de designação: 24/06/2021

Relator: Francisco Jr.

PL 26/2019 WELITON PRADO - Estabelece o limite máximo de quinze minutos para a veiculação de propagandas antes do início dos filmes exibidos nas salas de cinema.

Data de designação: 27/05/2021

PL 2968/2021 ALEXANDRE FROTA - Altera a Lei 12.587 de 3 de janeiro de 2012 para inserir o artigo 14 A e dá outras providencias

Data de designação: 18/11/2021

PL 3972/2021 ALEXANDRE FROTA - Estabelece o tabelamento de preços dos medicamentos quimioterápicos, em estabelecimentos privados habilitados em oncologia devendo obedecer ao limite do teto aplicado na Tabela da CMED, nos moldes estabelecidos para o consumidor final.

Data de designação: 15/12/2021

Relator: Fred Costa

PFC 75/2016 MARCOS ROTTA - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, fiscalize, com auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU, as ações da Agência Nacional de Telecomunicação - ANATEL acerca da implementação de limitação de acesso à internet fixa.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 145/2017 WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle dos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - sobre a inclusão das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e das Tarifas de Utilização do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS nas faturas de energia elétrica cobradas pela Cemig, contrariando a Legislação e a Constituição Federal.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 173/2018 WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União TCU, ato de fiscalização e controle com vistas a auditar o processo de reajuste das tarifas do Metrô

Relatório anual - 2021

pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), bem como os valores arrecadados com os bilhetes comprados pelos usuários do Metrô e os custos dos serviços em cada capital que a CBTU atua.

Data de designação: 25/03/2021

PL 4751/2019 SEBASTIÃO OLIVEIRA - Dispõe sobre a reorganização dos serviços das empresas de serviço continuados e dá outras providências

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Gil Cutrim

PL 697/2020 PATRICIA FERRAZ - Dispõe sobre a limitação da quantidade de produtos e equipamentos de proteção individual e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus que podem ser adquiridos individualmente.

Data de designação: 08/04/2021

PL 1087/2019 AMARO NETO - Obriga os estabelecimentos comerciais que utilizem caixa registradora com monitor a dispor a tela de forma que o cômputo das compras seja visível ao consumidor.

Data de designação: 23/09/2021

PL 687/2020 ALESSANDRO MOLON - Dispõe sobre medidas emergenciais a serem adotadas durante as situações de emergência pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Data de designação: 08/04/2021

PFC 2/2015 WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União, ato de fiscalização e controle com vistas a auditar os processos de definição das cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2015, a serem pagas por todos os agentes comercializadores de energia ao consumidor final, mediante encargo nas tarifas de energia, bem como o de definição do aumento das bandeiras tarifárias em índices exorbitantes e apenas um mês depois de começarem a ser aplicadas.

Data de designação: 17/06/2021

PL 3592/2020 WOLNEY QUEIROZ - Altera a Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para estabelecer a obrigatoriedade de os postos revendedores de combustíveis automotivos informarem as especificações técnicas da gasolina comercializada e dá outras providências

Data de designação: 08/04/2021

Relator: Gilson Marques

PL 3893/2020 CAPITÃO ALBERTO NETO - Suspende, pelo prazo que especifica, a capitalização mensal de juros nas operações de crédito celebradas por consumidores com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, em razão da pandemia de coronavírus (Covid-19).

Data de designação: 06/05/2021

PL 939/2021 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, que estabelece normas de regulação do setor farmacêutico, para suspender o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2021.

Data de designação: 27/05/2021

PL 708/2020 TALÍRIA PETRONE - Altera o artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor.

Data de designação: 17/03/2021

PL 1138/2020 SHÉRIDAN - Determina que, na ocorrência de calamidade pública ou situação emergencial que exija medidas de isolamento social, sejam elevados em cinquenta por cento os patamares de consumo que definem as faixas de desconto referentes às tarifas sociais de energia elétrica e de abastecimento de água aplicáveis às unidades consumidoras residenciais de baixa renda.

Data de designação: 23/09/2021

PFC 18/2019 AUREO RIBEIRO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com o Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle no Programa de Financiamento Estudantil (Fies) a fim de acompanhar a continuidade da execução do programa

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Gurgel

PL 3172/2019 CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Dispõe sobre a adiamento do vencimento das faturas cobradas por fornecedores de serviços continuados.

Data de designação: 25/03/2021

PL 4096/2019 JUNINHO DO PNEU - Obriga as empresas comunicarem sobre o fim das promoções vigentes nos contratos.

Data de designação: 25/03/2021

PL 571/2019 SILAS CÂMARA - Determina que as concessionárias e as permissionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica deverão proporcionar aos consumidores a escolha entre os medidores de consumo de energia eletromecânicos ou medidores eletrônicos.

Data de designação: 25/03/2021

PL 4843/2019 JOSÉ MEDEIROS - Dispõe sobre simplificação e facilitação do acesso a serviços públicos e sobre a sistemática recursal administrativa.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Ivan Valente

PFC 161/2018 EDUARDO DA FONTE - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle sobre: a) a dívida pública federal, no período de 2012 a 2017; b) o impacto sobre o montante da dívida pública das decisões do COPOM na fixação da SELIC; c) receita e despesa com a previdência social.

Data de designação: 25/03/2021

PL 2042/2021 LAURIETE - Altera o Código Civil para reduzir o prazo prescricional de dívidas advindas de relação de consumo para aqueles que se encontram desempregados há 1 (um) ano ou mais

Data de designação: 23/06/2021

PL 4191/2020 OSSESIO SILVA - Dispõe a obrigação da exposição do preço de custo de produtos essenciais ao consumidor, e dá outras providências.

Data de designação: 09/12/2021

PL 4326/2019 BOCA ABERTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de mangueiras transparentes nas bombas de combustíveis.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 09/12/2021

PL 2246/2021 LÉO MORAES - Altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para estabelecer equiparação nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos para clientes com a mesma categoria de crédito.

Data de designação: 08/07/2021

PL 1066/2019 JOSÉ MEDEIROS - Acrescenta §3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que as embalagens de bebidas açucaradas contenham advertência sobre os malefícios que o consumo abusivo dessas bebidas.

Data de designação: 17/03/2021

PL 3641/2021 ALEXANDRE FROTA - Estabelece medidas de proteção a crianças e adolescentes para a aquisição de livros e artigos literários.

Data de designação: 15/12/2021

PL 7805/2017 RÔMULO GOUVEIA - Veda a cobrança antecipada de diárias ou serviços em hotéis e estabelecimentos congêneres.

Data de designação: 19/05/2021

Relatora: Joice Hasselmann

PL 908/2021 ALINE GURGEL - Altera a Lei n.º 12.974, de 15 de maio de 2014, que "Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo", para disciplinar a responsabilidade nas intermediações de atividades de turismo.

Data de designação: 06/05/2021

PL 745/2021 HERCULANO PASSOS - Dispõe sobre a troca de produtos adquiridos por comércio eletrônico em caso de vício de qualidade ou quantidade de fácil constatação.

Data de designação: 06/05/2021

PL 1008/2020 TÚLIO GADÊLHA - Dispõe sobre o controle do Estado no combate à manipulação e ao abuso de preços em casos de decretação de Pandemia ou Estado de Calamidade Pública.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 27/05/2021

PL 1139/2019 CARLOS BEZERRA - Revoga o art. 9º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.

Data de designação: 06/05/2021

PL 10022/2018 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade.

Data de designação: 27/04/2021

PL 697/2020 PATRICIA FERRAZ - Dispõe sobre a limitação da quantidade de produtos e equipamentos de proteção individual e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus que podem ser adquiridos individualmente.

Data de designação: 06/05/2021

PL 1231/2020 ALEXANDRE FROTA - Impede a cobrança de multa por quebra de fidelidade contratual junto às prestadoras de serviço de telefonia fixa, móvel e TV, enquanto durar qualquer pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde - OMS.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Jorge Braz

PL 1047/2021 CELSO RUSSOMANNO - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, que “Dispõe sobre o Sistema de Consórcio”, para obrigar as administradoras de grupos de consórcios a, no contrato de participação em grupo de consórcios, informar os consumidores acerca das diferentes destinações dos valores das prestações por eles devidas.

Data de designação: 19/05/2021

PDL 659/2019 JOSÉ GUIMARÃES - Susta os efeitos do Decreto nº 10.051, de 09 de outubro de 2019, que retira e interfere ilegalmente na participação do cidadão nas decisões do Estado.

Data de designação: 23/09/2021

PL 4608/2020 JOÃO MAIA - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de validade dos produtos comercializados pela rede mundial de computadores (internet).

Relatório anual - 2021

Data de designação: 16/04/2021

PL 2659/2020 SERGIO VIDIGAL - Altera a Lei n.º 11.795, de 8 de outubro de 2008, que dispõe sobre o Sistema de Consórcio, para permitir que durante a pandemia do Covid-19, o desistente ou excluído do consórcio possa reaver quantias pagas.

Data de designação: 06/05/2021

PL 3364/2021 GURGEL - Acrescenta o art. 30-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para reduzir em até 50% os lucros da concessionária quando comprovada má qualidade na prestação do serviço público.

Data de designação: 09/12/2021

PL 240/2019 JÚNIOR FERRARI - Dispõe sobre compra de energia pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica para atendimento do mercado cativo.

Data de designação: 08/04/2021

PL 5451/2020 MARCELO RAMOS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o comércio de terminais de telefonia móvel.

Data de designação: 16/04/2021

PL 2608/2020 PAULO BENGTON - Dispõe sobre a estabilização do preço dos itens da cesta básica enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Data de designação: 18/11/2021

PL 1550/2019 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para estabelecer a obrigatoriedade da disponibilização de cardápio em Braille por bares, lanchonetes e restaurantes.

Data de designação: 18/11/2021

Relator: José Nelto

PL 1215/2021 DANRLEI DE DEUS HINTERHOLZ - Altera a Lei nº 9.656, de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre prazos para tratamento de neoplasias malignas.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 19/05/2021

PL 5781/2019 AFONSO MOTTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços educacionais informando aos consumidores sobre a regularidade da instituição e do curso oferecido em relação ao MEC.

Data de designação: 27/04/2021

PL 4071/2021

MARIANA CARVALHO - Assegura ao consumidor a realização de saques, pagamentos e transferências em qualquer agência da instituição financeira de que seja correntista, nos mesmos limites individuais autorizados junto à agência de cadastro ou de relacionamento para as referidas operações.

Data de designação: 15/12/2021

Relator: Júlio Delgado

PFC 12/2019 WELITON PRADO - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), ato de fiscalização e controle com vistas a apurar denúncias de indícios de irregularidades no cumprimento dos contratos de concessão das rodovias federais em Minas Gerais, existência da "farra dos pedágios" e possível enriquecimento ilícito por parte das empresas concessionárias.

Data de designação: 17/06/2021

PL 6280/2019 FLAVIANO MELO - Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.

Data de designação: 04/08/2021

PL 1591/2020 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, como cláusula abusiva, o cadastramento do consumidor, sem sua autorização expressa, em programa promocional.

Data de designação: 17/03/2021

Relatora: Leda Sadala

PL 6522/2019 RUY CARNEIRO - Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para limitar em três meses o prazo máximo para que as concessionárias e permissionárias do serviço de distribuição de energia elétrica efetuem a cobrança de valores faturados a menor relativos a unidades consumidoras atendidas em baixa tensão.

Data de designação: 25/03/2021

PL 9339/2017 CLEBER VERDE - Incluir o § 1º ao art. 23 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção dos consumidores e dá outras providências.

Data de designação: 27/04/2021

PL 66/2021 DRA. SORAYA MANATO - Altera a Lei nº 7.565, de 1986, para atribuir direitos, no transporte aéreo, a pessoas com até doze anos de idade incompletos.

Data de designação: 16/04/2021

PL 1795/2019 JULIAN LEMOS - Obriga fabricantes de equipamentos eletrônicos de comunicação e informática que especifica a divulgarem alerta sobre possíveis danos à saúde de crianças, decorrentes de seu uso prolongado e ininterrupto.

Data de designação: 09/12/2021

PL 2484/2021 ANDRÉ DE PAULA - Institui a obrigatoriedade de incluir nos produtos alimentares livres de glúten o símbolo do Grão Cruzado (Brasil) na parte da frente do produto.

Data de designação: 04/08/2021

Relator: Márcio Marinho

PL 4743/2020 REJANE DIAS - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir protocolo on-line dos processos Administrativos de competência do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor " PROCON".

Data de designação: 16/04/2021

PL 2321/2021 FELIPE CARRERAS - Altera a Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, para estabelecer a responsabilidade solidária proporcional.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 08/07/2021

PL 192/2020 BIBO NUNES - Acrescenta parágrafo ao art. 51 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir ao julgador declarar, de ofício, a nulidade das cláusulas abusivas

Data de designação: 08/04/2021

PL 3812/2021 ABOU ANNI - Dispõe sobre a venda, em leilão, de veículos inundados provenientes de enchentes e dá outras providências.

Data de designação: 15/12/2021

PL 2928/2021 TITO - Suspende, por 720 dias, a utilização do *scoring* de crédito de consumidor como subsídio para concessão de crédito ou venda a prazo.

Data de designação: 18/11/2021

PL 16/2015 IRMÃO LAZARO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, fiscalize o Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), em sua atuação, tendo em vista a Operação "Tempo de despertar", deflagrada pela Polícia Federal sobre eventuais fraudes na instituição.

Data de designação: 27/04/2021

PL 5231/2020 SENADO FEDERAL - Veda a conduta de agente público ou profissional de segurança privada motivada por discriminação ou preconceito de qualquer natureza, notadamente de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual; determina a introdução de conteúdos relacionados a Direitos Humanos e combate ao racismo e outras formas de discriminação em cursos de capacitação de agentes de segurança pública e privada; e dá outras providências.

Data de designação: 16/04/2021

Relatora: Mariana Carvalho

PL 518/2019 LINCOLN PORTELA - Altera o art. 67 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para aumentar a pena cominada.

Data de designação: 08/04/2021

Relatório anual - 2021

PFC 38/2019 MARA ROCHA - Requer que a Comissão de Defesa do Consumidor, auxiliada pelo Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle nos atos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - para auditar o processo de reajuste da ELETROACRE após o leilão da distribuidora para o Grupo Energisa.

Data de designação: 27/05/2021

PL 2425/2019 JULIO CESAR RIBEIRO - Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de descontos no custo de serviços de alimentação aos consumidores que tenham se submetido a gastroplastias.

Data de designação: 08/04/2021

PL 78/2020 PATRICIA FERRAZ - Altera dispositivo da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para regular a gratuidade de bagagem a menores.

Data de designação: 17/03/2021

Relator: Paulo Pimenta

PL 3193/2021 HILDO ROCHA - Dispõe sobre a adequação das tensões em regime permanente nos pontos de conexão à rede de distribuição de energia elétrica das unidades consumidoras atendidas em tensão igual ou inferior a 69 quilovolts.

Data de designação: 18/11/2021

PL 3598/2021 CARLOS BEZERRA - Altera a Lei nº 11.649, de 4 de abril de 2008, para vedar a cobrança de prestações de arrendamento mercantil após furto ou roubo do veículo automotivo que esteja garantido por contrato de seguro.

Data de designação: 09/12/2021

PL 497/2019 RAFAEL MOTTA - Assegura ao consumidor, o direito de livre escolha da oficina em casos de cobertura dos danos em veículo por seguradora.

Data de designação: 08/04/2021

Relator: Pedro Augusto Bezerra

PL 2608/2020 PAULO BENGTONSON - Dispõe sobre a estabilização do preço dos itens da cesta básica enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 2020.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 19/05/2021

PL 6456/2019 EDNA HENRIQUE - Acrescenta o art. 5º-A à Lei nº 12.007, de 29 de julho de 2009, para obrigar o empresário administrador de imóveis a dar mensalmente quitação de débito adimplido a locadores, locatários e condôminos.

Data de designação: 27/04/2021

PL 8066/2017 CHICO D'ANGELO - Obriga os fabricantes de cervejas a discriminarem os cereais utilizados em sua produção, assim como a presença de organismos geneticamente modificados.

Data de designação: 27/04/2021

PL 1157/2020 DANILO CABRAL - Estabelece a suspensão da cobrança de dívidas financeiras, assim como a incidência de juros, multas e demais taxas, por parte de instituições financeiras de qualquer natureza, sobre pessoa física, durante a vigência de estado de calamidade pública.

Data de designação: 25/03/2021

PL 1953/2019 HELIO LOPES - Altera a Lei nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012, para exigir a informação, nos documentos fiscais ou equivalentes, de todos os tributos federais, estaduais e municipais incluídos nos preços de venda das mercadorias e serviços.

Data de designação: 17/06/2021

PL 5647/2020 JÉSSICA SALES - Dispõe sobre o acréscimo do artigo 7º-B, caput e parágrafo único, à lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para dispor sobre a impossibilidade de suspensão do fornecimento de serviços públicos essenciais por débitos constituídos, decorrentes de irregularidades em medidor, apuradas de maneira unilateral pela concessionária, e dá outras providências.

Data de designação: 27/04/2021

Relator: Pedro Vilela

PL 2843/2019 MARIANA CARVALHO - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o prazo de vencimento para realização de compra em sites de compras coletivas.

Data de designação: 27/05/2021

Relatório anual - 2021

PL 3101/2019 CÁSSIO ANDRADE - Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, de forma a contribuir para a modicidade de preços ao usuário do transporte aéreo, sobretudo em locais de difícil acesso ou com limitadas opções transporte.

Data de designação: 08/04/2021

PL 436/2021 BOCA ABERTA - Dispõe sobre a obrigatoriedade de gôndolas específica para a exposição à venda de matérias perfuro cortantes para fins em autosserviços, mercearias, supermercados, hipermercados e estabelecimento similares.

Data de designação: 27/04/2021

PL 4316/2019 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para incluir, entre as sanções administrativas, a obrigação de dar, fazer ou não fazer.

Data de designação: 25/03/2021

PL 1635/2021 DRA. SORAYA MANATO - Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para dispor sobre a obrigação das instituições de pagamento de informar, nas faturas dos instrumentos de pagamento por elas emitidas, os dados que especifica para a identificação do recebedor do pagamento.

Data de designação: 27/05/2021

Relator: Ricardo Izar

PL 1669/2020 LUIS TIBÉ - Altera o Decreto-lei nº 73, de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, para proibir a exoneração da responsabilidade das Seguradoras em caso de epidemia.

Data de designação: 25/03/2021

PL 47/2019 FRED COSTA - Dispõe sobre o monitoramento dos serviços comerciais de banho e tosa de animais domésticos e de pequeno e grande porte.

Data de designação: 08/04/2021

PL 10556/2018 TEREZA CRISTINA - Dispõe sobre a utilização da palavra "leite" nas embalagens e rótulos de alimentos.

Data de designação: 25/03/2021

PL 631/2021 ALEXANDRE FROTA - "Estabelece norma para o reajuste dos alugueis residenciais, não residenciais e comerciais, e dá outras providências."

Data de designação: 16/04/2021

PL 3219/2021 JULIO LOPES - Dispõe sobre norma geral relativa à medição de consumo de água nas novas unidades de edificações residenciais e comerciais de caráter condominial.

Data de designação: 18/11/2021

PL 6387/2013 SEVERINO NINHO - Dispõe sobre a apresentação de planilhas de custos de gestores de estacionamentos nos estabelecimentos que especifica.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Ricardo Silva

PL 5559/2020 NICOLETTI - Dispõe sobre o agendamento online para marcação de atendimento pessoal nas agências bancárias em todo o país.

Data de designação: 27/04/2021

PL 600/2021 BOSCO SARAIVA - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir o uso de grampos galvanizados nas embalagens de produtos alimentícios.

Data de designação: 27/04/2021

PL 1108/2020 FELIPE CARRERAS - Dispõe sobre o funcionamento da rede privada de educação durante períodos de calamidade pública e dá outras providências.

Data de designação: 19/05/2021

PL 6263/2019 FELIPE CARRERAS - Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que "dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências", para disciplinar a rotulagem de produtos orgânicos e integrais.

Data de designação: 27/04/2021

Relatório anual - 2021

PL 5160/2020 ORLANDO SILVA - Inclui no Capítulo IV, Da Qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos, da Lei 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, a Seção VI, da Responsabilidade Civil do Fornecedor de Produtos e Serviços por Práticas Racistas e Equiparadas.

Data de designação: 27/04/2021

Relator: Ricardo Teobaldo

PL 5616/2020 WOLNEY QUEIROZ - Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969 e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para dispor sobre regras para rotulagem de alimentos

Data de designação: 27/04/2021

PL 260/2021 ROBERTO DE LUCENA - Dispõe sobre normas para a comercialização de Pão Integral, e fixa outras providências.

Data de designação: 16/04/2021

Relator: Sérgio Brito

PL 1248/2020 MARX BELTRÃO - Acrescenta o art. 21-A à Lei nº 8.245, de 18 de outubro, de 1991, para, nas locações não residenciais, isentar de pagamento o locatário de imóvel quando interditas as atividades empresariais por ato do poder público destinado ao enfrentamento de situações emergenciais.

Data de designação: 25/03/2021

Relator: Uldurico Junior

PL 6448/2014 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para definir medicamento de uso contínuo e determinar que os seus fabricantes incluam, na embalagem do produto, advertência acerca do encerramento de sua produção.

Data de designação: 27/04/2021

Relator: Vinicius Carvalho

PL 533/2019 JÚLIO DELGADO - Acrescenta o parágrafo único ao artigo 17 e § 3º ao artigo 491, ambos do Código de Processo Civil.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 25/03/2021

PFC 182/2018 CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), as ações e o trabalho que vem sendo realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, a qual é objeto de uma elevada quantidade de reclamações feitas pelos consumidores sobre altos índices de atrasos e extravios.

Data de designação: 25/03/2021

PFC 14/2019 CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor realize ato de fiscalização na Agência Nacional de Energia Elétrica para verificar a adequação dos critérios utilizados pela Aneel para fixar os parâmetros regulatórios mínimos a serem exigidos das distribuidoras de energia elétrica e a efetividade da regulação na melhoria dos indicadores correspondentes; o cumprimento das metas de investimento pelas concessionárias; bem como a adequação dos critérios de reajuste das tarifas de energia elétrica.

Data de designação: 17/06/2021

PL 10110/2018 CELSO RUSSOMANNO - Acrescenta §7º ao art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

Data de designação: 06/05/2021

PL 697/2021 CARLOS BEZERRA - Altera a Lei n.º 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para estabelecer que, caso seja mais favorável ao adquirente, será devida pela incorporadora a mesma cláusula penal aplicável ao adquirente na hipótese de entrega do imóvel em prazo superior ao estipulado contratualmente.

Data de designação: 19/05/2021

PL 4382/2019 MAURO NAZIF - Dispõe sobre a vedação do fornecimento de comprovantes em papel de material termossensível.

Data de designação: 25/03/2021

PL 21/2019 WELITON PRADO - Dispõe sobre a garantia ao consumidor da disponibilização de mecanismos de segurança alternativos aos sistemas biométricos para controle de transações

Data de designação: 08/04/2021

Relatório anual - 2021

PL 259/2021 ROBERTO DE LUCENA - Obriga a que portões eletrônicos sejam dotados de dispositivo antiesmagamento.

Data de designação: 16/04/2021

PL 5360/2020 JUNINHO DO PNEU - Proíbe a discriminação do produto entregue em domicílio na parte externa da embalagem da mercadoria.

Data de designação: 16/04/2021

PL 3344/2019 LAFAYETTE DE ANDRADA - Altera a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que "dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública", para estabelecer o funcionamento ininterrupto de atendimento presencial dos órgãos públicos no horário das 8 às 18 horas.

Data de designação: 08/04/2021

PL 734/2020 ALEXANDRE FROTA - Altera o Código Penal Brasileiro para fazer inserir o artigo 268-A para incluir como crime a elevação de preços de produtos e serviços médicos hospitalares em momentos de crise na saúde pública, mais especificamente em épocas de calamidade pública, epidemia e pandemia declaradas. Altera o Código de Defesa do Consumidor para tornar crime contra o consumidor a elevação de preços.

Data de designação: 25/03/2021

PL 75/2019 RODRIGO AGOSTINHO - Dispõe sobre as condições para o uso de dinheiro em espécie em transações de qualquer natureza, bem como para o trânsito de recursos em espécie em todo o território nacional.

Data de designação: 25/03/2021

PL 2896/2021 KIM KATAGUIRI - Altera a Lei das Contravenções Penais, o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor a fim de permitir o pagamento por meio exclusivamente eletrônico

Data de designação: 09/12/2021

PL 10022/2018 SENADO FEDERAL - Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para tornar obrigatória a aposição de tarja informativa sobre o uso de retoque digital na silhueta das pessoas em fotografias para fins de publicidade.

Data de designação: 27/05/2021

Relatório anual - 2021

PL 3499/2021 VALTENIR PEREIRA - Altera a Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, para prever a utilização de critérios diferenciados para a definição dos preços de terapias gênicas, celulares e com células-tronco.

Data de designação: 15/12/2021

PL 1166/2020 SENADO FEDERAL - Estabelece teto para todas as modalidades de crédito ofertadas por meio de cartões de crédito e cheque especial; veda a cobrança de juros e multas por atraso no pagamento das prestações de operações de crédito e de compras de produtos e serviços, para todas as dívidas contraídas durante a vigência do estado de calamidade pública; e dá outras providências.

Data de designação: 27/05/2021

Relator: Weliton Prado

PL 5715/2019 SILAS CÂMARA - Determina que as concessionárias e as permissionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica deverão proporcionar aos consumidores a escolha entre os medidores de consumo de energia eletromecânicos ou medidores eletrônicos.

Data de designação: 27/05/2021

PL 5376/2019 DRA. SORAYA MANATO - Veda a inclusão de taxa de serviço, na conta do consumidor, por estabelecimentos que comercializem alimentos na modalidade autosserviço.

Data de designação: 09/12/2021

PL 4872/2020 OTONI DE PAULA - Dispõe sobre a certificação de segurança de baterias utilizadas em bicicletas, patins e hoverboards com a finalidade de propulsão elétrica.

Data de designação: 16/04/2021

PL 560/2021 EDUARDO COSTA - Estabelece limite para cobertura tarifária de perdas não técnicas na distribuição de energia elétrica; altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nº 5.655, de 20 de maio de 1971, para obtenção de modicidade tarifária; e dá outras providências.

Data de designação: 27/04/2021

PL 3601/2021 CARLOS BEZERRA - Dispõe sobre o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador, na hipótese de vícios estruturais de construção acobertados pelo seguro habitacional obrigatório.

Relatório anual - 2021

Data de designação: 09/12/2021

PL 3601/2021 CARLOS BEZERRA - Dispõe sobre o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador, na hipótese de vícios estruturais de construção acobertados pelo seguro habitacional obrigatório.

Data de designação: 09/12/2021

PL 3601/2021 CARLOS BEZERRA - Dispõe sobre o prazo prescricional da pretensão do segurado contra o segurador, na hipótese de vícios estruturais de construção acobertados pelo seguro habitacional obrigatório.

Data de designação: 09/12/2021

PFC 7/2019 CELSO RUSSOMANNO - Propõe que a Comissão de Defesa do Consumidor, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, realize ato de fiscalização e controle visando apurar as causas e consequências do rompimento da barragem em Brumadinho/MG e identificar atos de irregularidades na gestão.

Data de designação: 06/05/2021

PFC 8066/2017 CHICO D'ANGELO - Obriga os fabricantes de cervejas a discriminarem os cereais utilizados em sua produção, assim como a presença de organismos geneticamente modificados.

Data de designação: 17/06/2021

Emendas

EMENDAS À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Emenda de Acréscimo à Despesa nº 1/2021

Ementa: Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa atender nacionalmente os PROCONS, com aquisição de material permanente tais como equipamentos tecnológicos para fortalecimento das unidades.

Emenda de Inclusão de Despesa nº 2/2021

Ementa: Fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC)

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 1.500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) foi criada em 13 de agosto de 2007 e se destina a promover principalmente a formação e capacitação técnica dos agentes e técnicos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) em todo o Brasil, bem como proporcionar a construção do conhecimento específico no tocante às relações de consumo, fundamental para a elaboração de políticas públicas.

A capacitação técnica desenvolvida pela ENDC, além de aprimorar a qualidade da assistência aos consumidores, também proporciona o fortalecimento da estrutura nacional de defesa do consumidor ao promover a identidade e a harmonia do conhecimento SNDC.

Atualmente, a Escola Nacional promove cursos presenciais e à distância, tendo sido verificado um aumento de 42% no número de matrículas, passando de 27.043 alunos em 2019 para 38.438 em 2020.

Além da função de sustentar de maneira contínua e duradoura os programas de capacitação de órgãos e entidades de defesa do consumidor, a Escola Nacional promoverá, ainda no segundo semestre deste ano, novos cursos gratuitos; inclusive para a sociedade. Estas ações de capacitação visam a contribuir para o avanço do exercício da cidadania a partir do conhecimento e apropriação por parte dos consumidores brasileiros acerca dos seus direitos.

Emenda de Inclusão de Despesa nº 3/2021

Ementa: Aquisição de Veículos para Procons

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Os Procons têm sido cada vez mais demandados em tempos de intensificação e inovação nas relações comerciais. Para atender a essas solicitações, o programa amplia ano após ano as formas de atendimento ao consumidor, disponibilizando diversos serviços com a finalidade de solucionar conflitos entre clientes e fornecedores. Dentre os serviços oferecidos estão as unidades móveis de atendimento, verdadeiros Procons Itinerantes.

Tratam-se de veículos estruturados com equipamentos e funcionalidades de uma unidade física convencional, quais sejam equipamentos de acessibilidade, computadores, internet, assentos de espera, TVs, entre outros.

O objetivo dessas unidades é possibilitar aos cidadãos, sobretudo àqueles mais vulneráveis e necessitados, a oportunidade de terem acesso facilitado aos serviços prestados ao consumidor. A falta de esclarecimentos e a condição de hipossuficiência nas relações consumeristas, principalmente das camadas sociais mais baixas, evidenciam a necessidade de implantação desse serviço. Ademais, para além das soluções que são oferecidas fisicamente em suas unidades, cumpre aos Procons a busca de alternativas que

facilitem ao público em geral alcançar uma condição de equidade em seus atos comerciais de compra ante empresas ou prestadores de serviço.

Para a realização desse objetivo, as unidades móveis atuam de forma pró ativa, antecipando suas ações no sentido de levar aos cidadãos, em suas próprias comunidades locais, a oportunidade de apresentarem denúncias, solucionarem litígios, etc., sem a necessidade de onerá-los com deslocamentos distantes ou longas filas de espera.

Portanto, apresentamos a presente emenda visando à aquisição, juntamente com as unidades estaduais e municipais, de veículos com as características mencionadas, a fim de que possamos aumentar a capilaridade de nosso sistema de defesa do consumidor e proporcionar um serviço de maior qualidade.

Emenda de Apropriação de Despesa nº 4/2021

Ementa: Incremento de Ações no Âmbito do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Âmbito: Nacional

Valor: R\$ 110.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) é coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon) e integra diversos órgãos públicos e entidades privadas, dentre eles os Procons, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), defensorias públicas e Ministério Público. Dentre as várias iniciativas meritórias no âmbito do SNDC estão a plataforma Consumidor.gov.br, que é um serviço público para solução de conflitos de consumo pela internet antes de as partes recorrerem à via judicial, viabilizando por meio de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados, monitorada pelos órgãos de defesa do consumidor e pelo Ministério da Justiça.

A plataforma recebe uma média de 430 reclamações por dia, com índice de solução de conflitos de cerca de 80%. Para uma integração eficiente no âmbito do SNDC, torna-se necessário prover igualmente recursos informacionais para o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), que permite o registro dos atendimentos individuais a consumidores, a instrução dos processos de reclamação,

além da gestão das políticas de atendimento e fluxos internos dos Procons integrados e a elaboração de Cadastros Estaduais e Nacional de Reclamações Fundamentadas.

Todo esse trabalho harmônico e articulado entre os Procons gera informações que são consolidadas nos bancos de dados estaduais e replicados na base de dados nacional do Sindec no âmbito do Ministério da Justiça. Atualmente, o Sindec consolida informações de 363 Procons, em 27 unidades da Federação.

EMENDAS À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Emenda de Inclusão de Meta nº 1

Ementa: Fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Programa: 5015 - Justiça

Acréscimo de meta: 20 ações implementadas

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) é coordenado pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon) e é composto pelos Procons, Ministério Público, Defensoria Pública, Delegacias de Defesa do Consumidor, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Juizados Especiais Cíveis e Organizações Cíveis de defesa do consumidor. Nesse aspecto, vale destacar o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec), implantado no âmbito do Ministério da Justiça, que permite o registro dos atendimentos individuais a consumidores, a instrução dos processos de reclamação, além da gestão das políticas de atendimento e fluxos internos dos Procons integrados e a elaboração de cadastros estaduais e nacionais de reclamações fundamentadas.

Assim, a presente emenda tem por objetivo robustecer o papel do SNDC e do Sindec, evitando prejuízos às ações orçamentárias tradicionalmente ligadas à defesa do consumidor. A referência de metas proposta originariamente no projeto é de apenas oito iniciativas implementadas, mas entendemos que pela relevância dos programas esse quantitativo deve ser elevado para 20 iniciativas

CRÉDITOS

Imagens

As imagens utilizadas neste relatório são do site FREEPIK.

Conteúdo

Na redação deste relatório foram utilizadas matérias elaboradas pela Agência Câmara.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Defesa do Consumidor

Anexo II, Pav. Superior Ala C, sala 152

CEP 70160-900 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3216-6920/6924